

Hypermarcas S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

| | |
|---|----|
| Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras | 04 |
| 1 Informações gerais | 05 |
| 2 Resumo das principais políticas contábeis | 05 |
| 2.1 Base de preparação | 05 |
| 2.2 Consolidação | 07 |
| 2.3 Combinação de negócios | 07 |
| 2.4 Apresentação de informação por segmentos | 07 |
| 2.5 Conversão de moeda estrangeira | 07 |
| 2.6 Caixa e equivalentes de caixa | 08 |
| 2.7 Instrumentos financeiros | 08 |
| 2.7.1 Classificação | 08 |
| 2.7.2 Reconhecimento e mensuração | 09 |
| 2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros | 09 |
| 2.7.4 <i>Impairment</i> de ativos financeiros | 09 |
| 2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de <i>hedge</i> | 10 |
| 2.9 Contas a receber de clientes | 11 |
| 2.10 Estoques | 11 |
| 2.11 Intangíveis | 11 |
| 2.12 Imobilizado | 12 |
| 2.13 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros | 13 |
| 2.14 Contas a pagar aos fornecedores | 13 |
| 2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures | 13 |
| 2.16 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures | 14 |
| 2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido | 15 |
| 2.18 Benefícios a empregados | 16 |
| 2.19 Capital social | 16 |
| 2.20 Reconhecimento da Receita | 17 |
| 2.21 Arrendamentos | 17 |
| 2.22 Lucro por ação | 17 |
| 2.23 Distribuição de dividendos | 17 |
| 2.24 Demonstrações de valor adicionado | 17 |
| 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos | 18 |
| 3.1 Julgamentos contábeis críticos | 18 |
| 3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas | 18 |
| 4 Gestão do risco financeiro | 19 |
| 5 Gestão de capital | 25 |
| 6 Estimativa do valor justo | 25 |
| 7 Instrumentos financeiros por categoria | 27 |
| 8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros | 28 |

| | |
|---|----|
| 9 Caixa e equivalentes de caixa | 29 |
| 10 Contas a receber | 29 |
| 11 Estoques | 30 |
| 12 Tributos a recuperar | 31 |
| 13 Outros ativos | 31 |
| 14 Operações descontinuadas | 32 |
| 15 Investimentos | 32 |
| 16 Imobilizado | 34 |
| 17 Intangível | 36 |
| 18 Fornecedores | 39 |
| 19 Empréstimos, financiamentos e debêntures | 39 |
| 20 Imposto de renda e contribuição social diferidos | 43 |
| 21 Tributos a recolher | 45 |
| 22 Contas a Pagar | 46 |
| 23 Títulos a Pagar | 46 |
| 24 Contingências Passivas | 47 |
| 25 Capital social e reservas | 52 |
| 26 Informações por segmento de negócios | 58 |
| 27 Receita | 58 |
| 28 Composição das contas de resultado | 60 |
| 29 Lucro por ação | 60 |
| 30 Compromissos | 61 |
| 31 Cobertura de seguros | 61 |
| 32 Transações com partes relacionadas | 62 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypermarcas S.A. (“Companhia”), com sede localizada em São Paulo-SP, é uma Companhia brasileira de produtos de marcas de saúde e bem-estar, com atuação em dois principais segmentos de negócio: Farma, que concentra as atividades relativas ao setor farmacêutico, e Consumo, que atua nos mercados de beleza e higiene pessoal.

A divisão Farma detém um dos mais completos portfólios do país, com presença nos principais segmentos farmacêuticos do mercado brasileiro e liderança em medicamentos isentos de prescrição médica (OTC) e similares, além de participação crescente em genéricos e posição de destaque em produtos de prescrição. Entre as principais marcas da divisão, destacam-se Addera D3, Alivium, Benegrip, Biotônico Fontoura, Doril, Engov, Epocler, Histamin, Lisador, Polaramine, Predsim, Rinosoro, Torsilax e Neo Química.

Já a divisão Consumo possui marcas consagradas em segmentos tais como fraldas, hidratantes, adoçantes, esmaltes e preservativos, muitas delas líderes ou vice-líderes no mercado nacional, como Pom Pom, Monange, Paixão, Zero-Cal, Finn, Risqué, Jontex, Olla, Bozzano, dentre outras.

A produção de mercadorias é substancialmente realizada nas controladas Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A., Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., e Savoy Indústria de Cosméticos S.A., localizadas no Estado de Goiás nos municípios de Anápolis e Senador Canedo. Seus principais centros de distribuição estão localizados em Anápolis-GO e Goiânia-GO.

A empresa conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional, e cada um dos negócios conta com forças de vendas segmentadas e especializadas, com profissionais experientes. Seus produtos são distribuídos para mais de 700 mil pontos de vendas em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores e atacadistas.

Por uma década – de 2001 até 2011 –, a Hypermarcas realizou diversas aquisições de empresas com ativos atrativos e marcas fortes, em posição de liderança em seus mercados de atuação. Os principais alvos, nesse período, foram sobretudo negócios familiares ou ativos não estratégicos de grupos multinacionais no Brasil.

Desde 2011, após uma fase de rápida consolidação dos mercados farmacêutico e de bens de consumo no Brasil, a companhia direcionou seu foco para o aproveitamento de sinergias a partir da integração dos negócios adquiridos e a busca de maior eficiência operacional. Nesta nova fase, a Hypermarcas adotou estratégia voltada ao crescimento orgânico, rentável, sustentável e com geração de caixa, com base em marcas fortes, operações eficientes e de baixo custo, além de organização ágil e com foco em resultados.

Cisão Parcial da Hypermarcas e Incorporação de Ações da Cosmed

Em 22 de dezembro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a cisão parcial da Hypermarcas, com versão da parcela cindida de seu patrimônio, constituída por determinados ativos e passivos relacionados à fabricação e comercialização de certos medicamentos atualmente fabricados na unidade de Jacarepaguá, para sua subsidiária integral Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (“Cosmed”), com subsequente incorporação de ações emitidas pela Cosmed pela Companhia. Ao final de tais operações, o capital social e o número de ações de emissão da Companhia permaneceram inalterados.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de fevereiro de 2015.

a. *Demonstrações financeiras consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

b. *Demonstrações financeiras individuais*

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

c. *Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas*

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que são relevantes para a Companhia estão relacionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- *Defined Benefit Plans: Employee Contributions* (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

d. Operações descontinuadas (CPC 31)

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

Demonstração do resultado – As receitas e despesas de operações descontinuadas são apresentados em uma única rubrica “Resultado de Operações Descontinuadas”, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 14.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 15). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em *Joint Venture* que não é consolidado, mas avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 36(R3).

Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classifica-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Presidência (CEO).

2.5. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais – R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.7. Instrumentos financeiros não derivativos

2.7.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

d. *Outros passivos financeiros*

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

2.7.2 *Reconhecimento e mensuração*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial estes passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Para os passivos financeiros a Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

2.7.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que

pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro, já que tais instrumentos financeiros não são designados como um instrumento de *hedge*, ou seja, embora a Companhia faça uso de derivativo com objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (“*hedge accounting*”).

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.11. Intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Intangível” no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados entre 5 e 12 anos.

c. *Softwares*

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d. *Pesquisas e desenvolvimento de produtos*

Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

2.12. *Imobilizado*

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | Anos |
|-------------------------|-------|
| Edificações | 30-50 |
| Máquinas e equipamentos | 26-28 |
| Veículos | 9-10 |
| Móveis e utensílios | 17-20 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas/receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.13. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.14. *Contas a pagar aos fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15. *Empréstimos, financiamentos e debêntures*

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e

são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido) emitidos pela Companhia compreendem debêntures com bônus de subscrição que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, sendo que o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível.

O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros, são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano

de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.18. Benefícios a empregados

a. Remuneração com base em ações

A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em opções (*Stock Option*) liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços recebidos do empregado em troca da outorga de opções é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

a. Ações em tesouraria

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos

efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados como reserva de capital.

2.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são substancialmente transferidos ao comprador, as disposições de aceitação tenham sido acordadas e o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda e não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos.

2.21. Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos ou vida útil dos dois o menor.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.22. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Lucro por ação).

2.23. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.24. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas

nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos contábeis críticos

Vida útil das marcas

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequado. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

Instrumento financeiro composto

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia efetuou operação de Debêntures com bônus de subscrição atrelado, com opção de conversão em quantidades fixas de ações ordinárias (18.656.650 ações). Considerando as características de instrumento financeiro composto, conforme orientações do CPC 39 (Instrumentos Financeiros – Apresentação), a Companhia utilizou como premissa taxas de juros aplicáveis a títulos sem a opção de conversão atrelada para avaliar o valor justo do componente de patrimônio do referido instrumento, conforme descrito na Nota 19 (c).

3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo.

a. *Perda (impairment) estimada em ágio e marcas e patentes*

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio e de marcas e patente, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

b. *Alocação de valor justo nas combinações de negócios*

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

c. *Vida útil de ativos imobilizados*

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações

registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 16).

d. Realização de tributos diferidos

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pelo Conselho de Administração com base no planejamento orçamentário.

e. Valores justos de derivativos e programa de opção de ações (Stock Options)

As estimativas de valor justo de instrumentos derivativos e das opções de ações são baseadas em modelos consolidados no mercado, conforme divulgado nas Nota 25 (c) (para as opções) e Nota 4 (f) (Derivativos) e tais modelos vem sendo aplicados de maneira uniforme ao longo dos períodos apresentados.

4 Gestão do risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa, risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

| | Consolidado | | | |
|---|---------------|---------------|----------------|-----------------|
| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
| | US\$ mil | R\$ mil | US\$ mil | R\$ mil |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber | (143) | (379) | (91) | (215) |
| Outros ativos | (5.990) | (15.915) | (31.001) | (73.169) |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | 95.066 | 252.571 | 85.974 | 202.916 |
| Empréstimos e financiamentos | 635.401 | 1.688.132 | 514.959 | 1.215.407 |
| Títulos a pagar | - | - | 13.777 | 32.517 |
| Instrumentos derivativos que mitigam riscos | (713.339) | (1.895.199) | (588.732) | (1.389.525) |
| Exposição líquida | <u>10.995</u> | <u>29.210</u> | <u>(5.114)</u> | <u>(12.069)</u> |

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP, TR e IPCA:

| | 31 de dezembro de 2014 | |
|---------------------------------------|------------------------|------------------|
| | Controladora | Consolidado |
| Empréstimo financiamentos e Swaps CDI | 765.942 | 765.942 |
| Financiamento TJLP | 79.954 | 91.990 |
| Financiamento TR | 52.005 | 167.205 |
| Debêntures CDI | 1.392.703 | 1.392.703 |
| Debêntures IPCA | 852.482 | 852.482 |
| Títulos a Pagar CDI | 59.299 | 59.299 |
| Aplicações financeiras (Nota 9) | (1.359.819) | (1.815.597) |
| Exposição líquida | <u>1.842.566</u> | <u>1.514.024</u> |

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas

aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 8 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

e. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| | Consolidado – 2014 | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|-------------|
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total geral |
| Debêntures | 1.500.058 | 446.853 | 1.310.057 | - | 3.256.968 |
| Empréstimos e financiamentos | 157.836 | 140.956 | 1.200.210 | 1.301.409 | 2.800.411 |
| Títulos a pagar | 36.136 | 9.267 | - | - | 45.403 |
| Fornecedores | - | 706.642 | - | - | 706.642 |
| Contas a pagar | 289.899 | 9.068 | - | - | 298.967 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (47.805) | 38.784 | (238.189) | - | (247.210) |
| | 1.936.124 | 1.351.570 | 2.272.078 | 1.301.409 | 6.861.181 |

| | Consolidado – 2013 | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|-------------|
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total geral |
| Debêntures | 495.128 | 1.357.110 | 1.212.028 | - | 3.064.266 |
| Empréstimos e financiamentos | 348.423 | 103.752 | 442.069 | 1.010.400 | 1.904.644 |
| Títulos a pagar | 124.366 | 36.815 | 9.260 | - | 170.441 |
| Fornecedores | 500.000 | - | - | - | 500.000 |
| Contas a pagar | 295.977 | 4.480 | - | - | 300.457 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (2.553) | (15.295) | 25.886 | - | 8.038 |
| | 1.761.341 | 1.486.862 | 1.689.243 | 1.010.400 | 5.947.846 |

f. Derivativos

No ano de 2014 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real), Swap Cambial.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e financiamentos e

Títulos a pagar. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade a seguir).

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 2.015.199 (Em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 1.539.525) no consolidado e R\$ 1.855.832 (Em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 1.426.847) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 127.168 (Em 31 de dezembro de 2013 perdas de R\$ 1.983) no consolidado e ganhos no valor de R\$ 113.323 (Em 31 de dezembro de 2013 perdas de R\$ 6.442) na controladora.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Controladora

| Tipo | Contrapartes | Valor de Referência (nacional) | | Valor Justo a receber (a pagar) | | Ganhos (perdas) realizados | |
|--------------------------|--|--------------------------------|-----------|---------------------------------|---------|----------------------------|--------|
| (em R\$ milhares) | | dez/14 | dez/13 | dez/14 | dez/13 | dez/14 | dez/13 |
| Moeda Estrangeira | | | | | | | |
| Contratos a termo | | 926.018 | 1.076.683 | 60.886 | (5.407) | (29.443) | 48.249 |
| Posição comprada | Merrill Lynch, DB, HSBC, JP Morgan, Itaú, Santander, Bradesco, BTG Pactual, Pine, Votorantim, Morgan Stanley | 1.026.615 | 1.077.259 | 66.187 | (5.372) | (29.431) | 48.591 |
| Posição vendida | JP Morgan | (100.597) | (576) | (5.301) | (35) | (12) | (342) |
| Contratos de Swap | | 809.814 | 200.164 | 55.023 | (76) | (12.208) | 37.657 |
| Posição comprada | Citibank, Itaú, Safra | 809.814 | 200.164 | 55.023 | (76) | (12.208) | 37.657 |
| Subtotal | | 1.735.832 | 1.276.847 | 115.909 | (5.483) | (41.651) | 85.906 |
| Taxa de Juros | | | | | | | |
| Contratos de Swap | | 120.000 | 150.000 | (2.586) | (959) | (1.091) | - |
| Posição Ativa-Pré | Santander | 120.000 | 150.000 | (2.586) | (959) | (1.091) | - |
| Total | | 1.855.832 | 1.426.847 | 113.323 | (6.442) | (42.742) | 85.906 |

Consolidado

| Tipo | Contrapartes | Valor de Referência (nacional) | | Valor Justo a receber (a pagar) | | Ganhos (perdas) realizados | |
|--------------------------|--|--------------------------------|-----------|---------------------------------|---------|----------------------------|--------|
| (em R\$ milhares) | | dez/14 | dez/13 | dez/14 | dez/13 | dez/14 | dez/13 |
| <u>Moeda Estrangeira</u> | | | | | | | |
| Contratos a termo | | 1.085.385 | 1.189.361 | 74.731 | (948) | (31.411) | 55.982 |
| Posição comprada | Merrill Lynch, DB, HSBC, JP Morgan, Itaú, Santander, Bradesco, BTG Pactual, Pine, Votorantim, Morgan Stanley | 1.187.887 | 1.191.653 | 80.266 | (810) | (31.429) | 56.528 |
| Posição vendida | JP Morgan | (102.502) | (2.292) | (5.535) | (138) | 18 | (546) |
| Contratos de Swap | | 809.814 | 200.164 | 55.023 | (76) | (12.208) | 37.657 |
| Posição comprada | Citibank, Itaú, Safra | 809.814 | 200.164 | 55.023 | (76) | (12.208) | 37.657 |
| Subtotal | | 1.895.199 | 1.389.525 | 129.754 | (1.024) | (43.619) | 93.639 |

| <u>Taxa de Juros</u> | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|------------------|------------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|
| Contratos de Swap | | 120.000 | 150.000 | (2.586) | (959) | (1.091) | - |
| Posição Ativa-Pré | Santander | 120.000 | 150.000 | (2.586) | (959) | (1.091) | - |
| Total | | 2.015.199 | 1.539.525 | 127.168 | (1.983) | (44.710) | 93.639 |

Os contratos acima relacionados têm datas de vencimento em:

| <u>Vencimento</u> | <u>Valor Futuro</u> | |
|--------------------------------|---------------------|-------------|
| <u>Moeda Estrangeira – USD</u> | <u>dez/14</u> | <u>Taxa</u> |
| jan-15 | 410.122 | 2,52 |
| fev-15 | 14.209 | 2,48 |
| mar-15 | 37.688 | 2,45 |
| abr-15 | 321.970 | 2,63 |
| mai-15 | 12.581 | 2,45 |
| jun-15 | 27.938 | 2,43 |
| jul-15 | 408.695 | 2,51 |
| ago-15 | 24.595 | 2,52 |
| set-15 | 14.888 | 2,70 |
| out-15 | 32.726 | 2,81 |
| jan-17 | 271.778 | 3,20 |
| fev-17 | 387.369 | 3,23 |
| | 1.964.559 | 2,77 |

| <u>Vencimento</u> | <u>Tx Passiva</u> | |
|----------------------|-------------------|---------------|
| <u>Taxa de juros</u> | <u>dez/14</u> | <u>% CDI</u> |
| abr-15 | (420) | 98,1% |
| out-15 | (727) | 98,1% |
| abr-16 | (600) | 98,1% |
| out-16 | (388) | 98,1% |
| abr-17 | (197) | 98,1% |
| out-17 | (166) | 98,1% |
| abr-18 | (57) | 98,1% |
| out-18 | (31) | 98,1% |
| Total | (2.586) | 98,10% |

(a) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.
- Swaps - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.

(b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, considerando 10,43% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar

25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

| Consolidado | | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Risco | Cenário I | | Cenário II | | Cenário III | |
| (em R\$ milhares) | | | 25% de oscilação | | 50% de oscilação | |
| | Apreciação | Depreciação | Apreciação | Depreciação | Apreciação | Depreciação |
| Cotação do dólar | 2,381 | 2,936 | 1,994 | 3,323 | 1,329 | 3,988 |
| Moeda Estrangeira | | | | | | |
| Hedge econômico | (196.658) | 196.658 | (471.432) | 471.432 | (942.864) | 942.864 |
| Contratos a termo | (112.154) | 112.154 | (268.857) | 268.857 | (537.713) | 537.713 |
| Swap | (84.504) | 84.504 | (202.575) | 202.575 | (405.151) | 405.151 |
| Objeto do hedge econômico | 197.765 | (197.765) | 474.085 | (474.085) | 948.170 | (948.170) |
| Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo | 197.765 | (197.765) | 474.085 | (474.085) | 948.170 | (948.170) |
| Efeito líquido | 1.107 | (1.107) | 2.653 | (2.653) | 5.306 | (5.306) |
| Outros passivos | 1.660 | (1.660) | 3.979 | (3.979) | 7.958 | (7.958) |
| Outros Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial | 1.660 | (1.660) | 3.979 | (3.979) | 7.958 | (7.958) |

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2015.

Controladora

| Cenários de variação | Cenário Provável * | Variação de 25% | Variação de 50% |
|--------------------------------------|--------------------|-----------------|-----------------|
| Empréstimo CDI | (5.417) | (6.771) | (8.126) |
| Debêntures CDI | (7.781) | (9.726) | (11.672) |
| Debêntures IPCA | (4.738) | (5.922) | (7.106) |
| Empréstimo TR | (205) | (256) | (307) |
| Títulos a Pagar CDI | (331) | (414) | (497) |
| Aplicações Financeiras | 7.922 | 9.903 | 11.883 |
| Total do efeito perda (ganho) | (10.550) | (13.186) | (15.825) |

Consolidado

| Cenários de variação | Cenário Provável* | Variação de 25% | Variação de 50% |
|--------------------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|
| Empréstimo CDI | (5.417) | (6.771) | (8.126) |
| Debêntures CDI | (7.781) | (9.726) | (11.672) |
| Debêntures IPCA | (4.738) | (5.922) | (7.106) |
| Empréstimo TR | (657) | (821) | (985) |
| Títulos a Pagar CDI | (331) | (414) | (497) |
| Aplicações Financeiras | 10.578 | 13.222 | 15.866 |
| Total do efeito perda (ganho) | (8.346) | (10.432) | (12.520) |

* Premissas Cenário Provável

CDI previsto 12,22%
IPCA acumulado de 1,72%
TR previsto de 1,32%

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

| | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19) | 4.804.899 | 3.908.852 |
| Total de Títulos a pagar (Nota 23) | 59.299 | 167.367 |
| Perda (ganho) com <i>hedge</i> financeiro | (103.468) | 7.452 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9) | <u>(1.829.905)</u> | <u>(1.158.833)</u> |
| Dívida líquida | <u>2.930.825</u> | <u>2.924.838</u> |
| Total do patrimônio líquido | <u>7.475.963</u> | <u>7.078.577</u> |
| Patrimônio Líquido ajustado | <u>10.406.788</u> | <u>10.003.415</u> |
| Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado % | 28% | 29% |

6 Estimativa do valor justo (Consolidado)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 19 b).

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014.

| | Consolidado | | |
|--|--------------------|------------------|--------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| | | | Saldo total |
| Ativos | | | |
| Aplicações financeiras (Nota 9) | - | 1.815.597 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 135.672 | - |
| Total do ativo | - | 1.951.269 | - |
| Passivos | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures demonstrados ao valor justo (Nota 19) | 912.440 | 3.826.913 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 8.504 | - |
| Total do passivo | 912.440 | 3.835.417 | - |

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

| | Consolidado | | |
|--|--------------------|------------------|--------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| | | | Saldo total |
| Ativos | | | |
| Aplicações financeiras (Nota 9) | - | 1.140.356 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 39.914 | - |
| Total do ativo | - | 1.180.270 | - |
| Passivos | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures demonstrados ao valor justo (Nota 19) | 807.255 | 3.017.013 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 41.897 | - |
| Total do passivo | 807.255 | 3.058.910 | - |

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade.

7 Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)

| | 2014 | | |
|--|-----------------------------------|---|-----------|
| | Empréstimos e recebíveis | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Total |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Contas a receber de Clientes (Nota 10) | 1.553.826 | - | 1.553.826 |
| Aplicações financeiras (Nota 9) | - | 1.815.597 | 1.815.597 |
| Caixa e bancos (Nota 9) | 14.308 | - | 14.308 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 135.672 | 135.672 |
| | 1.568.134 | 1.951.269 | 3.519.403 |
| 2014 | | | |
| | Valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total |
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19) | - | 4.804.899 | 4.804.899 |
| Fornecedores (Nota 18) | - | 706.642 | 706.642 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 8.504 | - | 8.504 |
| | 8.504 | 5.511.541 | 5.520.045 |
| 2013 | | | |
| | Empréstimos e recebíveis | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Total |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Contas a receber de Clientes (Nota 10) | 1.229.329 | - | 1.229.329 |
| Aplicações financeiras (Nota 9) | - | 1.140.356 | 1.140.356 |
| Caixa e bancos (Nota 9) | 18.477 | - | 18.477 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 39.914 | 39.914 |
| | 1.247.806 | 1.180.270 | 2.428.076 |
| 2013 | | | |
| | Valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total |
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19) | - | 3.908.852 | 3.908.852 |
| Fornecedores (Nota 18) | - | 500.000 | 500.000 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 41.897 | - | 41.897 |
| | 41.897 | 4.408.852 | 4.450.749 |

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*) | | | | |
| AAA | 1.373.951 | 416.269 | 1.829.532 | 1.158.374 |
| AA | - | - | - | 12 |
| A+ | 24 | 3 | 53 | 11 |
| | <u>1.373.975</u> | <u>416.272</u> | <u>1.829.585</u> | <u>1.158.397</u> |

O saldo residual do item “caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ativos financeiros derivativos | | | | |
| AAA | 121.460 | 33.766 | 133.105 | 36.646 |
| AA | - | 197 | 45 | 286 |
| AA- | - | 834 | - | 1.601 |
| A+ | - | 143 | - | 1.126 |
| A | - | 13 | - | 225 |
| BBB | 132 | - | 2.522 | 30 |
| | <u>121.592</u> | <u>34.953</u> | <u>135.672</u> | <u>39.914</u> |

(*) Fonte: Agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Contas a receber de clientes - A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitorações internas e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para distribuidores, grandes redes varejistas e supermercados com uma rede de distribuição pulverizada no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Historicamente, não há registro de perdas relevantes no contas a receber da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 10.

9 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Caixa e bancos | 14.406 | 17.867 | 14.308 | 18.477 |
| Aplicações financeiras: | | | | |
| Operações compromissadas | 1.071.206 | 398.767 | 1.422.431 | 754.383 |
| CDBs | 288.613 | - | 393.166 | 385.973 |
| | 1.359.819 | 398.767 | 1.815.597 | 1.140.356 |
| | 1.374.225 | 416.634 | 1.829.905 | 1.158.833 |

As aplicações financeiras têm rendimento entre 98,5% e 101,8% (em 31 de dezembro de 2013 entre 75% e 104%) da variação do CDI com média ponderada de 100,95% (em 31 de dezembro de 2013 – 101,4%).

10 Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Clientes no país/exterior | 1.631.129 | 1.304.095 | 1.630.054 | 1.305.470 |
| Clientes - Partes relacionadas (Nota 32(a)) | 1.855 | 1.931 | - | - |
| | 1.632.984 | 1.306.026 | 1.630.054 | 1.305.470 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (75.081) | (74.811) | (76.228) | (76.141) |
| | 1.557.903 | 1.231.215 | 1.553.826 | 1.229.329 |

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber de clientes no país/exterior no valor de R\$ 24.532 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 50.897) no consolidado encontra-se vencido, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber de clientes no país/exterior no valor de R\$ 24.653 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 51.074) na controladora estava vencido mas não *impaired*. Essas contas a receber relacionam-se com clientes para as quais não há histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Até três meses | 24.184 | 50.817 | 24.069 | 50.836 |
| Acima de três meses | 469 | 257 | 463 | 61 |
| | <u>24.653</u> | <u>51.074</u> | <u>24.532</u> | <u>50.897</u> |

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 19 (a).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

| | Controladora | Consolidado |
|----------------------|---------------------|--------------------|
| Saldos em 31/12/2013 | (74.811) | (76.141) |
| Adições do período | (24.304) | (25.352) |
| Baixas do período | 24.034 | 25.265 |
| Saldos em 31/12/2014 | <u>(75.081)</u> | <u>(76.228)</u> |

11 Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Produto acabado e revenda | 212.081 | 215.319 | 251.546 | 255.953 |
| Produto semi-acabado | 11.000 | 23.798 | 35.235 | 43.300 |
| Matéria-prima | 27.827 | 42.929 | 335.427 | 269.407 |
| Manutenção e suprimentos | 7.735 | 8.464 | 39.458 | 22.611 |
| | <u>258.643</u> | <u>290.510</u> | <u>661.666</u> | <u>591.271</u> |

O saldo dos estoques está sendo apresentado líquido da provisão para perdas. A contrapartida desta provisão foi incluída em "outras despesas operacionais".

A tabela abaixo apresenta a movimentação da provisão:

| | Controladora | Consolidado |
|------------------------|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31/12/2013 | (57.862) | (94.623) |
| Adições do período (a) | (78.363) | (126.402) |
| Baixas do período (b) | 95.597 | 147.400 |
| Saldo em 31/12/2014 | <u>(40.628)</u> | <u>(73.625)</u> |

(a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

(b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

12 Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| PIS/COFINS/IPI e outros | 423.670 | 254.635 | 449.689 | 283.784 |
| ICMS (saldo credor e substituição tributária) | 178.249 | 162.315 | 227.618 | 227.533 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 87.910 | 110.500 | 102.336 | 132.285 |
| | <u>689.829</u> | <u>527.450</u> | <u>779.643</u> | <u>643.602</u> |
| Circulante | 461.925 | 471.956 | 525.518 | 561.972 |
| Não circulante | 227.904 | 55.494 | 254.125 | 81.630 |

13 Outros ativos

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Despesas antecipadas | 78.997 | 100.709 | 87.858 | 109.969 |
| Títulos a receber (*) | 20.023 | 85.763 | 20.273 | 85.763 |
| Depósitos judiciais | 89.744 | 55.811 | 107.183 | 58.081 |
| Adiantamentos e outros | 62.420 | 61.084 | 78.692 | 75.814 |
| | <u>251.184</u> | <u>303.367</u> | <u>294.006</u> | <u>329.627</u> |
| Circulante | 143.698 | 201.417 | 166.624 | 222.796 |
| Não circulante | 107.486 | 101.950 | 127.382 | 106.831 |

(*) Estes valores referem-se, substancialmente à alienação de ativos a MSD Brasil Investimentos BV.

14 Operações descontinuadas

Análise e conciliação das operações continuadas e descontinuadas

Abaixo, o demonstrativo da conciliação das demonstrações de resultado continuado e descontinuado com as demonstrações originais.

| | Consolidado | | | | | |
|---|--------------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|-----------------------------|------------------------|
| | 2014 | | | 2013 | | |
| | Operações continuadas | Operações descontinuadas | Total | Operações continuadas | Operações descontinuadas | Total |
| Receitas líquidas de vendas | 4.680.348 | 4 | 4.680.352 | 4.258.740 | 147 | 4.258.887 |
| Custos dos produtos vendidos | (1.698.353) | - | (1.698.353) | (1.509.888) | - | (1.509.888) |
| Lucro bruto | 2.981.995 | 4 | 2.981.999 | 2.748.852 | 147 | 2.748.999 |
| (Despesas)Receitas Impairment (*) | (2.071.908) - | (5.489) (5.384) | (2.077.397) (5.384) | (1.852.296) - | 2.816 (4.054) | (1.849.480) (4.054) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | 910.087 | (10.869) | 899.218 | 896.556 | (1.091) | 895.465 |
| Despesas financeiras | (416.763) | - | (416.763) | (582.655) | - | (582.655) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 493.324 | (10.869) | 482.455 | 313.901 | (1.091) | 312.810 |
| Imposto de renda e contribuição social | (81.115) | 1.355 | (79.760) | (55.081) | (1.007) | (56.088) |
| Resultado líquido do exercício | 412.209 | (9.514) | 402.695 | 258.820 | (2.098) | 256.722 |

(*) substancialmente operação encerrada na Argentina.

15 Investimentos

Os investimentos mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

| Empresa | País | Negócio | Participações diretas nas ações/quotas |
|--|--------|------------------------|--|
| Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | Brasil | Consumo | 100% |
| My Agência de Propaganda Ltda. | Brasil | Agência de publicidade | 100% |
| Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. | Brasil | Farma | 100% |
| Bionovis S.A. | Brasil | Biotechnology | 25% |
| Savoy Indústria de Cosméticos S.A. (*) | Brasil | Consumo | 100% |

(*) Atual denominação da Street Distribuidora de Medicamentos e Cosméticos S.A.

Movimentação dos investimentos

| | Brainfarma | Cosmed | My | Bionovis | Braga Holding (i) | Savoy | Total |
|--|------------|-----------|--------|----------|-------------------|---------|-----------|
| | Custo | Custo | Agio | Custo | Custo | Custo | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2013 | 515.056 | 1.092.726 | 48.085 | (2.887) | 1.980 | 15.223 | 1.670.183 |
| Integralização de capital | - | - | - | 10.000 | - | 385 | 10.385 |
| Alienação | - | - | - | - | (15.223) | - | (15.223) |
| Equivalência patrimonial | 34.483 | 21.612 | - | (3.644) | (1.357) | (249) | 50.845 |
| Dividendos Propostos | (7.697) | - | - | - | - | - | (7.697) |
| Stock Option | 1.111 | 716 | - | 23 | - | - | 1.850 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 542.953 | 1.115.054 | 48.085 | 3.492 | 623 | 136 | 1.710.343 |
| Aumento/(Redução) de capital | (35.000) | (550.000) | - | 4.000 | - | 410 | (580.590) |
| Equivalência patrimonial | 37.653 | 63.918 | - | (677) | (613) | 122 | 100.403 |
| Stock Option | 1.110 | (660) | - | (5) | - | - | 445 |
| Incorporação/Drop Down/Cisão | - | (248.532) | - | - | - | 355.589 | 107.057 |
| Dividendos/Juros sobre capital próprio | (23.771) | (17.692) | - | - | - | - | (41.463) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 522.945 | 362.088 | 48.085 | 6.810 | 10 | 356.257 | 1.296.195 |

(i) Braga Holding S.A. – Foi constituída em decorrência de cisão parcial da Hypermarcas, sendo subsidiária integral desta. A Braga Holding foi alienada em fevereiro de 2013.

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas, como também no total de seus ativos e passivos:

| 2014 | Ativo | Passivo | Receita | Lucro (prejuízo) | Lucro (Prejuízo) Ajustado (*) |
|--|-----------|---------|-----------|------------------|-------------------------------|
| Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | 1.102.132 | 723.867 | 1.338.859 | 81.442 | 63.918 |
| My Agência de Propaganda Ltda. | 8.410 | 1.600 | 7.650 | (677) | (677) |
| Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. | 977.194 | 448.937 | 749.175 | 40.380 | 37.653 |
| Savoy Indústria de Cosméticos S.A. (**) | 392.216 | 36.087 | - | 122 | 122 |

| 2013 | Ativo | Passivo | Receita | Lucro (prejuízo) | Lucro (Prejuízo) Ajustado (*) |
|--|-----------|---------|-----------|------------------|-------------------------------|
| Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | 1.542.256 | 428.548 | 1.118.173 | 12.734 | 21.612 |
| My Agência de Propaganda Ltda. | 4.434 | 942 | 1.800 | (3.643) | (3.643) |
| Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. | 886.917 | 340.367 | 593.934 | 38.001 | 34.483 |
| Savoy Indústria de Cosméticos S.A. (**). | 136 | - | - | (249) | (249) |

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício do pelas eliminações de operações entre a Controladora e as Controladas.

(**) Atual denominação da Street Distribuidora de Medicamentos e Cosméticos S.A.

a. Equivalência patrimonial

| | Quantidade de ações e quotas | Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2014 | Participação % | Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2014 (i) | Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2014 | Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2013 | Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2013 |
|--|---------------------------------|--|-------------------|--|---|--|---|
| Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | 2.642.619.967 | 362.088 | 100% | 63.918 | 362.088 | 21.612 | 1.115.054 |
| My Agência de Propaganda Ltda. | 14.009.999 | 6.810 | 99,99% | (677) | 6.810 | (3.644) | 3.492 |
| Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. | 174.833.227 | 522.945 | 100% | 37.653 | 522.945 | 34.483 | 542.953 |
| Bionovis S.A. | 2.500.000 | 40 | 25% | (613) | 10 | (1.357) | 623 |
| Savoy Indústria de Cosméticos S.A | 18.468.392.059 | 356.257 | 100% | 122 | 356.257 | (249) | 136 |
| | | | | <u>100.403</u> | <u>1.248.110</u> | <u>50.845</u> | <u>1.662.258</u> |
| Ágio de empresas não incorporadas | | | | - | 48.085 | - | 48.085 |
| | | | | <u>100.403</u> | <u>1.296.195</u> | <u>50.845</u> | <u>1.710.343</u> |

(i) Equivalência patrimonial das operações continuadas: R\$ 105.787 e das operações descontinuadas: (R\$ 5.384).

16 Imobilizado

Controladora

| | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Máquinas equipamentos e Instalações | Veículos | Móveis e utensílios | Outros | Total em operação | Imobilização em andamento * | Imobilizado total |
|--|---------------|----------------------------------|---|--------------|------------------------|--------------|----------------------|--------------------------------|----------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2013 | <u>72.209</u> | <u>170.762</u> | <u>318.667</u> | <u>6.073</u> | <u>14.560</u> | <u>9.626</u> | <u>591.897</u> | <u>68.471</u> | <u>660.368</u> |
| Cisão (i) | - | - | (1.278) | - | - | - | (1.278) | - | (1.278) |
| Adições | - | 3.041 | 14.340 | 149 | 6.300 | 1.463 | 25.293 | 72.997 | 98.290 |
| Alienação | - | - | (1.374) | (661) | (184) | (7) | (2.226) | - | (2.226) |
| Transferência | - | 11.228 | 45.527 | (9) | 236 | 381 | 57.363 | (62.131) | (4.768) |
| Impairment | 89 | 2.234 | 1.250 | 1.389 | 135 | (941) | 4.156 | (2.103) | 2.053 |
| Depreciação | - | (8.845) | (22.964) | (1.525) | (1.609) | (2.589) | (37.532) | - | (37.532) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | <u>72.298</u> | <u>178.420</u> | <u>354.168</u> | <u>5.416</u> | <u>19.438</u> | <u>7.933</u> | <u>637.673</u> | <u>77.234</u> | <u>714.907</u> |
| Custo total | 72.298 | 264.838 | 626.686 | 12.471 | 31.453 | 16.823 | 1.024.569 | 77.234 | 1.101.803 |
| Depreciação acumulada | - | (86.418) | (272.518) | (7.055) | (12.015) | (8.890) | (386.896) | - | (386.896) |
| Valor residual | <u>72.298</u> | <u>178.420</u> | <u>354.168</u> | <u>5.416</u> | <u>19.438</u> | <u>7.933</u> | <u>637.673</u> | <u>77.234</u> | <u>714.907</u> |
| Cisão (i) | - | - | (63.338) | - | (13) | - | (63.351) | - | (63.351) |
| Drop Down (ii) | - | (32) | (58.746) | (40) | (2.280) | (210) | (61.308) | - | (61.308) |
| Adições | 27 | 166 | 7.647 | - | 582 | 15.233 | 23.655 | 34.480 | 58.135 |
| Alienação | (4.016) | (619) | (204) | (412) | (886) | (205) | (6.342) | (500) | (6.842) |
| Transferência | - | 44.599 | (39.900) | - | (2.729) | 2.724 | 4.694 | (4.748) | (54) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (1.487) | (19.186) | - | - | - | - | (20.673) | - | (20.673) |
| Impairment (iii) | - | (7.454) | 1.025 | - | - | - | (6.429) | - | (6.429) |

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

| | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|--------|----------|-----------|---------|---------|----------|-----------|---------|-----------|
| Depreciação | - | (9.875) | (23.248) | (1.322) | (1.542) | (3.828) | (39.815) | - | (39.815) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 66.822 | 186.019 | 177.404 | 3.642 | 12.570 | 21.647 | 468.104 | 106.466 | 574.570 |
| Custo total Depreciação acumulada | 66.822 | 285.069 | 325.114 | 11.484 | 17.550 | 33.364 | 739.403 | 106.466 | 845.869 |
| | - | (99.050) | (147.710) | (7.842) | (4.980) | (11.717) | (271.299) | - | (271.299) |
| Valor residual | 66.822 | 186.019 | 177.404 | 3.642 | 12.570 | 21.647 | 468.104 | 106.466 | 574.570 |

* Substancialmente ampliação do CD Goiânia. Inclui juros capitalizados no valor de R\$ 9.454 a taxa de 9,86% a.a. (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 7.157 a taxa de 10,04% a.a.).

Consolidado

| | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Máquinas equipamentos e instalações | Veículos | Móveis e utensílios | Outros | Total em operação | Imobilização em andamento ** | Imobilizado total |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------------------------|--|-----------------|----------------------------|---------------|--------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2013 | 83.152 | 356.965 | 627.065 | 7.463 | 24.537 | 25.668 | 1.124.850 | 252.121 | 1.376.971 |
| Adições | 308 | 3.046 | 53.873 | 149 | 7.840 | 7.591 | 72.807 | 166.856 | 239.663 |
| Alienação | (1.449) | (9.153) | (15.669) | (672) | (260) | (51) | (27.254) | (1.667) | (28.921) |
| Transferência | (1.722) | 93.920 | 174.415 | (9) | 268 | (472) | 266.400 | (271.528) | (5.128) |
| Impairment | 752 | 2.209 | 6.186 | 1.019 | 1.112 | 15 | 11.293 | (2.103) | 9.190 |
| Depreciação | - | (14.971) | (43.428) | (1.788) | (2.586) | (7.243) | (70.016) | - | (70.016) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 81.041 | 432.016 | 802.442 | 6.162 | 30.911 | 25.508 | 1.378.080 | 143.679 | 1.521.759 |
| Custo total Depreciação acumulada | 81.041 | 546.842 | 1.228.366 | 15.570 | 53.939 | 57.742 | 1.983.500 | 143.679 | 2.127.179 |
| | - | (114.826) | (425.924) | (9.408) | (23.028) | (32.234) | (605.420) | - | (605.420) |
| Valor residual | 81.041 | 432.016 | 802.442 | 6.162 | 30.911 | 25.508 | 1.378.080 | 143.679 | 1.521.759 |
| Adições | 685 | 7.188 | 67.163 | 28 | 2.054 | 29.601 | 106.719 | 134.397 | 241.116 |
| Alienação | (5.275) | (7.485) | (3.189) | (479) | (973) | (309) | (17.710) | (500) | (18.210) |
| Transferência | 1.196 | 57.835 | (26.936) | - | (2.658) | 2.753 | 32.190 | (32.087) | 103 |
| Impairment (iii) | - | (7.385) | 5.954 | - | 306 | 186 | (939) | - | (939) |
| Depreciação | - | (17.575) | (46.015) | (1.570) | (2.555) | (9.423) | (77.138) | - | (77.138) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 77.647 | 464.594 | 799.419 | 4.141 | 27.085 | 48.316 | 1.421.202 | 245.489 | 1.666.691 |
| Custo total Depreciação acumulada | 77.647 | 603.340 | 1.249.624 | 14.680 | 51.126 | 89.596 | 2.086.013 | 245.489 | 2.331.502 |
| | - | (138.746) | (450.205) | (10.539) | (24.041) | (41.280) | (664.811) | - | (664.811) |
| Valor residual | 77.647 | 464.594 | 799.419 | 4.141 | 27.085 | 48.316 | 1.421.202 | 245.489 | 1.666.691 |

** Substancialmente ampliação do CD Goiânia e adequação do Parque Industrial de Anápolis para recebimento das linhas provenientes do Rio de Janeiro. Inclui juros capitalizados no valor de R\$ 25.470 a taxa de 9,68% a.a. (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 14.729 a taxa de 9,92% a.a.).

- (i) Cisão - versão de parcela de patrimônio da Hypermarcas com posterior incorporação de ações.
- (ii) Drop down - aumento de capital em subsidiárias com a conferência de ativos.
- (iii) *Impairment* – substancialmente alienação de imóveis onde se localiza a planta de medicamentos do Rio de Janeiro-RJ (ex-Mantecorp).

17 Intangível

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ágio em empresa não incorporada | | | | |
| Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | - | - | 48.085 | 48.085 |
| Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas | | | | |
| Active Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal e Cosméticos S.A. | - | - | 10.992 | 10.992 |
| IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda. | - | - | 16.003 | 16.003 |
| Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A. | 1.798.470 | 1.798.470 | 1.798.470 | 1.798.470 |
| Mabesa do Brasil S.A. | 353.146 | 353.146 | 353.146 | 353.146 |
| Luper Indústria Farmacêutica Ltda. | 45.917 | 45.917 | 45.917 | 45.917 |
| Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis S.A. | 413.775 | 413.775 | 413.775 | 413.775 |
| Versoix Participações Ltda. | 150.059 | 150.059 | 150.059 | 150.059 |
| York S.A Indústria e Comércio Ltda. | 62.061 | 62.061 | 62.061 | 62.061 |
| Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. | 39.011 | 39.011 | 39.011 | 39.011 |
| DPH Distribuidora de produtos de Higiene Ltda. | 28.267 | 28.267 | 28.267 | 28.267 |
| Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A. | 967.154 | 967.154 | 967.154 | 967.154 |
| DM Indústria Farmacêutica Ltda. | 743.029 | 743.029 | 743.029 | 743.029 |
| Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. | 666.808 | 666.808 | 666.808 | 666.808 |
| PomPom Produtos Higiênicos Ltda. | 267.928 | 267.928 | 267.928 | 267.928 |
| Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. | 275.535 | 275.535 | 275.535 | 275.535 |
| Inal – Indústria Nacional do Látex S.A. | 156.260 | 156.260 | 156.260 | 156.260 |
| Ceil Comércio e Distribuidora Ltda. | 148.887 | 148.887 | 148.887 | 148.887 |
| Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda. | 33.955 | 33.955 | 33.955 | 33.955 |
| Finn Administradora de Marcas Ltda. | 17.857 | 17.857 | 17.857 | 17.857 |
| Éh Cosméticos S.A. | 15.860 | 15.860 | 15.860 | 15.860 |
| | <u>6.183.979</u> | <u>6.183.979</u> | <u>6.259.059</u> | <u>6.259.059</u> |
| Marcas e patentes | <u>586.063</u> | <u>585.954</u> | <u>586.385</u> | <u>586.276</u> |
| Direitos de uso e softwares | <u>18.351</u> | <u>20.545</u> | <u>20.761</u> | <u>23.337</u> |
| Desenvolvimento de produtos | <u>4.913</u> | <u>5.317</u> | <u>84.194</u> | <u>80.493</u> |
| | <u>6.793.306</u> | <u>6.795.795</u> | <u>6.950.399</u> | <u>6.949.165</u> |

Os ágios são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

Controladora

| | Marcas e patentes | Direitos de uso e Softwares | Desenvolvimento de produtos | Ágios | Total |
|----------------------------------|--------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2013 | 594.028 | 24.883 | 4.766 | 6.178.920 | 6.802.597 |
| Adições | - | 5.572 | 970 | - | 6.542 |
| Transferência | (21) | (259) | (11) | 5.059 | 4.768 |
| Impairment | 2.341 | - | - | - | 2.341 |
| Amortização | (10.394) | (9.651) | (408) | - | (20.453) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 585.954 | 20.545 | 5.317 | 6.183.979 | 6.795.795 |
| Custo total | 638.064 | 80.549 | 7.580 | 6.183.979 | 6.910.172 |
| Amortização acumulada | (52.110) | (60.004) | (2.263) | - | (114.377) |
| Valor residual | 585.954 | 20.545 | 5.317 | 6.183.979 | 6.795.795 |
| Cisão | - | - | (2.651) | - | (2.651) |
| Drop Down | - | (9) | - | - | (9) |
| Adições | 6.240 | 6.779 | 2.579 | - | 15.598 |
| Transferência | - | 54 | - | - | 54 |
| Amortização | (6.131) | (9.018) | (332) | - | (15.481) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 586.063 | 18.351 | 4.913 | 6.183.979 | 6.793.306 |
| Custo total | 644.304 | 86.982 | 5.176 | 6.183.979 | 6.920.441 |
| Amortização acumulada | (58.241) | (68.631) | (263) | - | (127.135) |
| Valor residual | 586.063 | 18.351 | 4.913 | 6.183.979 | 6.793.306 |

Consolidado

| | Marcas e patentes | Direitos de uso e Softwares | Desenvolvimento de produtos | Ágios | Total |
|----------------------------------|--------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--------------|--------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2013 | 595.004 | 27.340 | 75.422 | 6.254.000 | 6.951.766 |
| Adições | - | 6.596 | 17.867 | - | 24.463 |
| Alienação | - | (8) | - | - | (8) |
| Outros | - | - | 305 | - | 305 |
| Transferência | (192) | 272 | (11) | 5.059 | 5.128 |
| Impairment | 2.341 | 61 | - | - | 2.402 |
| Amortização | (10.877) | (10.924) | (13.090) | - | (34.891) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 586.276 | 23.337 | 80.493 | 6.259.059 | 6.949.165 |
| Custo total | 638.409 | 91.932 | 133.524 | 6.259.059 | 7.122.924 |
| Amortização acumulada | (52.133) | (68.595) | (53.031) | - | (173.759) |
| Valor residual | 586.276 | 23.337 | 80.493 | 6.259.059 | 6.949.165 |
| Adições | 6.240 | 7.444 | 19.997 | - | 33.681 |
| Transferência | - | 37 | (140) | - | (103) |
| Impairment | - | 48 | - | - | 48 |
| Amortização | (6.131) | (10.105) | (16.156) | - | (32.392) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 586.385 | 20.761 | 84.194 | 6.259.059 | 6.950.399 |
| Custo total | 644.649 | 99.368 | 153.381 | 6.259.059 | 7.156.457 |
| Amortização acumulada | (58.264) | (78.607) | (69.187) | - | (206.058) |

| | | | | | |
|----------------|---------|--------|--------|-----------|-----------|
| Valor residual | 586.385 | 20.761 | 84.194 | 6.259.059 | 6.950.399 |
|----------------|---------|--------|--------|-----------|-----------|

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas adquiridas ou advindos de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas.

As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes, tendo sido utilizada uma taxa de crescimento médio real de 6,9% e uma taxa de desconto real de 7,0%.

Em decorrência dos referidos testes, nenhuma perda por *impairment* necessitou ser reconhecida. Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2014, e, da mesma forma, se a taxa de desconto estimada antes do imposto, através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nesses itens.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Intangíveis alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

O ágio, marcas e direitos de uso de marcas:

| | Consolidado | |
|--------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Farma | 4.577.040 | 4.573.920 |
| Consumo | 2.268.403 | 2.271.415 |
| | <u>6.845.443</u> | <u>6.845.335</u> |
| Não alocados | <u>104.956</u> | <u>103.830</u> |
| | <u><u>6.950.399</u></u> | <u><u>6.949.165</u></u> |

Em função da estratégia da Companhia em focar em produtos mais rentáveis, na divisão de Consumo determinadas marcas foram descontinuadas.

Foram efetuadas algumas reclassificações entre os segmentos de negócios de Farma e Consumo, vide Nota 28.

18 Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Fornecedores no país | 48.387 | 59.182 | 444.328 | 288.607 |
| Fornecedores no exterior | 41.330 | 50.847 | 252.571 | 202.916 |
| Fornecedores partes relacionadas (Nota 32) | 191.021 | 144.967 | 9.743 | 8.477 |
| | <u>280.738</u> | <u>254.996</u> | <u>706.642</u> | <u>500.000</u> |

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Moeda Estrangeira | | | | | |
| Empréstimos (i) | US\$ + 2,15% a 3,05% a.a. | 827.307 | 453.414 | 827.307 | 453.414 |
| Bonds (ii) | US\$ + 6,50% a.a. | 860.825 | 761.993 | 860.825 | 761.993 |
| Moeda Nacional | | | | | |
| Empréstimos | Pré-fixada de 10,64% a.a. | - | 22.232 | - | 22.232 |
| FCO (i) | Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a. | 41.818 | 33.095 | 185.198 | 163.451 |
| Financiamentos | Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a. e de TJLP + 2,91% a 3,00% a.a. | 16.775 | 10.525 | 36.202 | 25.635 |
| BNDES (i) | Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a. e TJLP + 1,50% a 3,00% a.a. | 21.761 | 21.807 | 36.417 | 46.847 |
| Debêntures (i) | IPCA + 3,00% a 8,43% a.a.; 109,95% a 111,00% do CDI; CDI + 1,85% a.a. e Pré-fixada 11,30% a.a. | 2.619.359 | 2.435.280 | 2.619.359 | 2.435.280 |
| Finep | TJLP - 1,00% | 72.385 | - | 72.385 | - |
| Financiamento Imobiliário | TR + 9,60% | 52.006 | - | 167.206 | - |
| | | <u>4.512.236</u> | <u>3.738.346</u> | <u>4.804.899</u> | <u>3.908.852</u> |
| Circulante | | <u>1.680.650</u> | <u>741.419</u> | <u>1.731.023</u> | <u>769.231</u> |
| Não circulante | | <u>2.831.586</u> | <u>2.996.927</u> | <u>3.073.876</u> | <u>3.139.621</u> |

- (i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2014 as cláusulas restritivas foram atendidas.
- (ii) Em 20 de abril de 2011 a Companhia emitiu títulos de dívida no exterior ("Bonds"), no montante US\$ 750.000.000 com remuneração de 6,5% ao ano e vencimento em 20 de abril de 2021. Os encargos totais correspondem a uma taxa interna de retorno de 8% a.a, amortizados semestralmente.

Em novembro de 2013, a Companhia decidiu pela recompra de um montante de US\$420.164.000, em valor de face, do total de Bonds em circulação. O objetivo da operação foi reduzir a exposição da Companhia a variações cambiais.

Estão registrados os valores de R\$ 59.505 no circulante e não circulante R\$ 801.320.

Os custos de emissão totalizaram R\$32.383, sendo R\$ 10.859 não realizados, conforme composição abaixo:

| | 2014 |
|------|---------------|
| 2015 | 1.804 |
| 2016 | 1.439 |
| 2017 | 1.550 |
| 2018 | 1.675 |
| 2019 | 1.809 |
| 2020 | 1.959 |
| 2021 | 623 |
| | 10.859 |

Debêntures – Composição (controladora e consolidado)

| | <u>Data de Emissão</u> | <u>Data de Vencimento</u> | <u>Forma de amortização</u> | <u>Tipo de emissão</u> | <u>Valor data de emissão</u> | <u>Quantidade de emitida</u> | <u>Quantidade colocada no mercado</u> | <u>Valor unitário</u> | <u>Encargos financeiros anuais</u> | <u>Convertibilidade</u> |
|-----------------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------------|------------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|------------------------------------|--|
| 3ª Emissão Pública 2ª Série | 15/07/2010 | 15/07/2015 | Final | Pública | 335.601.000 | 335.601 | 335.601 | 1.000 | CDI + 1,85% | Não conversíveis em ações |
| 3ª Emissão Pública 3ª Série | 15/07/2010 | 15/07/2016 | 50% - 15/07/15 50% - 15/07/16 | Pública | 114.415.000 | 114.415 | 114.415 | 1.000 | IPCA + 8,4% | Não conversíveis em ações |
| 1ª Emissão Privada 1ª Série | 15/10/2010 | 15/10/2015 | Final | Privada | 549.998.042 | 548.725 | 548.725 | 1.002,32 | IPCA + 3% | Direito a subscrição de ações ordinárias |
| 1ª Emissão Privada 2ª Série | 15/10/2010 | 15/10/2018 | Semestral a partir de 15/04/13 | Privada | 549.998.042 | 548.725 | 548.725 | 1.002,32 | 11,30% | Não conversíveis em ações |
| 5ª Emissão Pública Série Única | 02/08/2013 | 02/08/2018 | Final | Pública | 400.000.000 | 40.000 | 40.000 | 10.000 | 109,95% DI | Não conversíveis em ações |
| 6ª Emissão Pública Série Única | 24/11/2013 | 24/07/2017 | Final | Pública | 200.000.000 | 200 | 200 | 1.000.000 | 110,75% DI | Não conversíveis em ações |
| 7ª Emissão Pública Série Única | 10/04/2014 | 10/04/2019 | Anual a partir de 10/04/17 | Pública | 400.000.000 | 400 | 400 | 1.000.000 | 110,00% DI | Não conversíveis em ações |

Debêntures – Movimentação (controladora e consolidado)

| | 1ª Emissão Privada | 3ª Emissão Pública | 4ª Emissão Pública | 5ª Emissão Pública | 6ª Emissão Pública | 7ª Emissão Pública | Total |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------|
| | 1ª, 2ª Séries | 1ª, 2ª e 3ª Séries | 1ª e 2ª Séries | Série única | Série única | Série única | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 1.103.428 | 496.155 | 219.086 | 414.850 | 201.761 | - | 2.435.280 |
| Principal | - | - | - | - | - | 400.000 | 400.000 |
| Gastos a transcorrer | 42 | - | - | - | (60) | (2.641) | (2.659) |
| Amortização do principal | (91.666) | - | (214.000) | - | - | - | (305.666) |
| Encargos financeiros | 129.471 | 64.405 | 7.870 | 46.632 | 22.677 | 32.427 | 303.482 |
| Amortização de juros | (68.968) | (50.853) | (12.956) | (42.777) | (14.001) | (21.523) | (211.078) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 1.072.307 | 509.707 | - | 418.705 | 210.377 | 408.263 | 2.619.359 |
| Custo de transação não realizados | 855 | 591 | - | 1.094 | 262 | 2.423 | 5.225 |
| Circulante | 533 | 526 | - | 266 | 95 | 738 | 2.158 |
| Não Circulante | 322 | 65 | - | 828 | 167 | 1.685 | 3.067 |
| | 855 | 591 | - | 1.094 | 262 | 2.423 | 5.225 |

Os montantes a longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| | Controladora | Consolidado |
|------|---------------------|--------------------|
| | 2014 | 2014 |
| 2016 | 271.532 | 300.810 |
| 2017 | 739.231 | 765.938 |
| 2018 | 903.240 | 929.865 |
| 2019 | 19.621 | 45.831 |
| 2020 | 18.590 | 44.466 |
| 2021 | 819.910 | 845.499 |
| 2022 | 18.440 | 43.676 |
| 2023 | 18.047 | 40.037 |
| 2024 | 14.741 | 31.346 |
| 2025 | 4.117 | 13.204 |
| 2026 | 4.117 | 13.204 |
| | 2.831.586 | 3.073.876 |

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos

| | Controladora | Consolidado |
|---|---------------------|--------------------|
| | 2014 | 2014 |
| Contas a receber - Clientes caucionadas | 34.889 | 116.420 |
| Carta de fiança | 94.080 | 108.736 |
| Imobilizado penhorado | 75.781 | 273.536 |
| | 204.750 | 498.692 |

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos são os seguintes:

| | | Consolidado | | Valor Justo | |
|---------------------------|--|-------------|-----------|-------------|-----------|
| | Taxa Nominal | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Moeda Estrangeira | | | | | |
| Empréstimos | US\$ + 2,15% a 3,05% a.a. | 827.307 | 453.414 | 827.307 | 453.693 |
| Bonds | US\$ + 6,50% a.a. | 860.825 | 761.993 | 912.440 | 807.255 |
| Moeda Nacional | | | | | |
| Empréstimos | Pré-fixada de 10,64% a.a. | - | 22.232 | - | 22.232 |
| FCO | Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a. | 185.198 | 163.451 | 131.948 | 111.923 |
| Financiamentos | Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a. e de TJLP + 2,91% a 3,00% a.a. | 36.202 | 25.635 | 30.358 | 19.378 |
| BNDES | Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a. e TJLP + 1,50% a 3,00% a.a. | 36.417 | 46.847 | 33.483 | 43.300 |
| Debêntures | IPCA + 3,00% a 8,43% a.a.; 109,95% e 111,00% do CDI; CDI + 1,85% a.a. e Pré-fixada 11,30% a.a. | 2.619.359 | 2.435.280 | 2.608.802 | 2.366.487 |
| Finep | TJLP - 1,00% | 72.385 | - | 45.393 | - |
| Financiamento Imobiliário | TR + 9,60% | 167.206 | - | 149.622 | - |
| | | 4.804.899 | 3.908.852 | 4.739.353 | 3.824.268 |

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,5733% a CDI + 2,162% a.a. (31 de dezembro de 2013 – CDI + 0,48% a CDI + 2,80% a.a.).

c. Debêntures simples com bônus de subscrição atrelado

Atrelado à emissão das debêntures simples emitidas em 15 de outubro de 2010, foram emitidos 548.725 bônus de subscrição de ações ao preço de subscrição de R\$ 29,48 (vinte e nove reais e quarenta e oito centavos) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures da primeira série, de maneira que a conversão se dará sempre por uma quantidade fixa de ações ordinárias de 34 ações por cada bônus de subscrição, totalizando uma quantidade fixa 18.656.650 ações ordinárias.

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor do bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos de renda e contribuição social no valor de R\$ 50.243.

O saldo da primeira série da primeira emissão privada de debêntures simples com garantia flutuante, conjugadas com bônus de subscrição, reconhecido no balanço patrimonial é composto

como segue em 31 de dezembro de 2014:

| | |
|---|-----------------------|
| Valor atualizado das debêntures conversíveis | 714.986 |
| Gastos a transcorrer | <u>(16.854)</u> |
| Componente do passivo em 31 de dezembro de 2014 | <u><u>698.132</u></u> |

Para a segunda série, que não contempla a opção de ser convertida em ações, o valor contabilizado no passivo monta R\$ 374.175.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2015. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social são gerados substancialmente por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Notas 1 e 17). De acordo com projeções preparadas pela administração a utilização dos ágios já apresentam decréscimos e cessará em 2021.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Crédito tributário: | | | | |
| Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL | 1.099.736 | 952.878 | 1.126.337 | 983.904 |
| Variação Cambial | 104.319 | 102.717 | 104.319 | 102.717 |
| Contingências | 53.655 | 60.347 | 57.991 | 64.926 |
| Ágios amortizados | 150.604 | 193.866 | 150.604 | 193.866 |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa e outras | 25.528 | 26.796 | 25.918 | 27.248 |
| Provisão para perdas nos estoques | 13.813 | 19.774 | 25.024 | 33.933 |
| Outras diferenças temporárias | <u>45.752</u> | <u>47.154</u> | <u>72.023</u> | <u>64.736</u> |
| Total do crédito tributário | <u><u>1.493.407</u></u> | <u><u>1.403.532</u></u> | <u><u>1.562.216</u></u> | <u><u>1.471.330</u></u> |
| (-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente) | <u>(1.493.407)</u> | <u>(1.378.991)</u> | <u>(1.546.974)</u> | <u>(1.434.097)</u> |
| Saldo remanescente do crédito tributário | <u><u>-</u></u> | <u><u>24.541</u></u> | <u><u>15.242</u></u> | <u><u>37.233</u></u> |

b. Passivos fiscais diferidos

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ágios | 1.446.248 | 1.226.263 | 1.446.248 | 1.226.263 |
| Outros ajustes de combinações de negócios | 77.997 | 121.774 | 163.874 | 175.535 |
| AVPs e outros | 23.261 | 30.954 | 80.690 | 66.232 |
| Total do débito tributário | 1.547.506 | 1.378.991 | 1.690.812 | 1.468.030 |
| (-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente) | (1.493.407) | (1.378.991) | (1.546.974) | (1.434.097) |
| Saldo remanescente do passivo diferido | 54.099 | - | 143.838 | 33.933 |

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 457.220 | 275.874 | 482.455 | 312.810 |
| Alíquota combinada - % | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de IR/CS à alíquota combinada | (155.455) | (93.797) | (163.989) | (106.307) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 34.137 | 17.287 | (208) | (461) |
| Despesas não dedutíveis (permanentes) | (51.606) | (45.925) | (53.404) | (58.145) |
| Créditos tributários não constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais | (1.158) | (2.256) | (1.158) | (2.256) |
| Subvenção governamental | 142.079 | 95.977 | 142.078 | 95.977 |
| Juros sobre capital próprio | (14.097) | - | - | - |
| Outros | (8.424) | 9.562 | (3.079) | 15.104 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado | (54.524) | (19.152) | (79.760) | (56.088) |
| <u>Operações continuadas</u> | | | | |
| Corrente | 220.599 | 338.797 | 209.394 | 334.378 |
| Diferido | (276.478) | (356.942) | (290.509) | (389.459) |
| | (55.879) | (18.145) | (81.115) | (55.081) |
| <u>Operações descontinuadas</u> | | | | |
| Corrente | 1.355 | (1.007) | 1.355 | (1.007) |
| <u>Total</u> | (54.524) | (19.152) | (79.760) | (56.088) |
| | 12% | 7% | 17% | 18% |

d. Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2014, 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei no 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, convertida na Lei no 11.941/09, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior. Um dos objetivos da norma é estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), com o fim da neutralidade tributária aos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Tendo em vista o texto da referida Medida Provisória ser convertido na lei 12.973/14, a Companhia optou por não antecipar o fim do RTT, adotando os novos procedimentos a partir de 1º de janeiro de 2015.

21 Tributos a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| ICMS a recolher | 46.874 | 55.500 | 54.766 | 63.037 |
| IPI/PIS/COFINS a recolher | 2 | 1.166 | 5.683 | 17.693 |
| Programa de recuperação fiscal (Refis)(i) | - | 70.676 | - | 86.331 |
| Outros impostos a recolher | 1.264 | 5.101 | 10.109 | 7.367 |
| | <u>48.140</u> | <u>132.443</u> | <u>70.558</u> | <u>174.428</u> |
| Passivo circulante | <u>19.629</u> | <u>38.092</u> | <u>41.744</u> | <u>66.564</u> |
| Passivo não circulante | <u>28.511</u> | <u>94.351</u> | <u>28.814</u> | <u>107.864</u> |

(i) Programa de recuperação fiscal (REFIS)

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados nº REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

A Companhia aderiu em novembro de 2014 ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme lei 13.043/14, liquidado o valor em aberto do REFIS no total de R\$ 94.008, sendo R\$ 28.184 a vista e o restante de R\$ 65.824 foi utilizado com créditos tributários sobre a base de prejuízos fiscais.

22 Contas a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Fretes a pagar | 35.087 | 28.863 | 38.402 | 33.682 |
| Serviços prestados | 21.386 | 29.192 | 34.478 | 46.001 |
| Verbas, acordos comerciais e publicidade | 102.883 | 168.834 | 102.883 | 168.938 |
| Aluguéis | 1.473 | 3.781 | 6.866 | 8.683 |
| Provisão para reestruturação operacional | - | - | - | 11.395 |
| Receitas a transcorrer | 1.659 | 2.112 | 3.520 | 4.480 |
| Compras de ativo fixo | 1.511 | 1.657 | 14.972 | 13.561 |
| Adiantamentos por alienação de imóvel (*) | 70.022 | - | 70.022 | - |
| Outras | 11.308 | 8.130 | 27.824 | 13.726 |
| | <u>245.329</u> | <u>242.569</u> | <u>298.967</u> | <u>300.466</u> |
| Passivo circulante | <u>243.670</u> | <u>240.457</u> | <u>289.899</u> | <u>295.986</u> |
| Passivo não circulante | <u>1.659</u> | <u>2.112</u> | <u>9.068</u> | <u>4.480</u> |

(*) Substancialmente alienação de imóveis onde se localiza a planta de medicamentos do Rio de Janeiro – RJ (ex-Mantecorp).

23 Títulos a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Aquisição Sapeka Indústria de Fraldas Descartáveis Ltda. (i) | 25.089 | 26.155 | 25.089 | 26.155 |
| Aquisição Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. (i) | - | 49.906 | - | 49.906 |
| Aquisição Ind. Nacional de Artefatos de Látex S.A. | - | 32.517 | - | 32.517 |
| Aquisição Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. (i) | 13.042 | 19.176 | 13.042 | 19.176 |
| Aquisição de Bitufo (IPH&C, Maripa e DPH). (i) | 11.125 | 19.233 | 11.125 | 19.233 |
| Aquisição Luper Indústria Farmacêutica Ltda. (i) | 6.601 | 15.313 | 6.601 | 15.313 |
| Notas promissórias com controladas | - | 90.606 | - | - |
| Outros | 3.442 | 5.067 | 3.442 | 5.067 |
| | <u>59.299</u> | <u>257.973</u> | <u>59.299</u> | <u>167.367</u> |
| Passivo circulante | <u>51.660</u> | <u>220.108</u> | <u>51.660</u> | <u>129.502</u> |
| Passivo não circulante | <u>7.639</u> | <u>37.865</u> | <u>7.639</u> | <u>37.865</u> |

O passivo não circulante de R\$ 7.639 tem vencimento até maio de 2016.

(i) Atualização de acordo com o CDI.

Ajustes a valor presente

Foram aplicados os ajustes a valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 para os títulos a pagar decorrentes de aquisição de empresas e/ou ativos, atualizados pela variação cambial ou CDI, sem juros. Para o cálculo do ajuste inicial além das atualizações aplicáveis, utilizou-se a taxa média de captação de recursos da data de aquisição. As contrapartidas dos ajustes iniciais são contabilizadas como reduções dos custos dos ativos-ágios, sendo em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 546 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 3.983). As taxas variam de 2,00% a.a. a 5,00% a.a..

24 Contingências passivas

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

| Controladora | | | | | | | | |
|-------------------------------|---|---------------------|---|-------------------------------|---|---------------------|---|---------|
| 2014 | | | | 2013 | | | | |
| Prognóstico de Perda Provável | Contingências assumidas na combinação de negócios (a) | Depósitos Judiciais | Contingências Líquidas de Depósito Judicial | Prognóstico de Perda Provável | Contingências assumidas na combinação de negócios (a) | Depósitos Judiciais | Contingências Líquidas de Depósito Judicial | |
| Cível (i) | 1.402 | 19.877 | (107) | 21.172 | 741 | 21.911 | (86) | 22.566 |
| Trabalhista (ii) | 14.725 | 27.278 | (7.496) | 34.507 | 8.796 | 17.230 | (5.378) | 20.648 |
| Fiscal e Tributária (iii) | 102 | 89.193 | (4.767) | 84.528 | 20.004 | 104.895 | (25.823) | 99.076 |
| Administrativas/outras (iv) | 2.998 | 2.235 | (6) | 5.227 | 1.263 | 2.652 | - | 3.915 |
| | 19.227 | 138.583 | (12.376) | 145.434 | 30.804 | 146.688 | (31.287) | 146.205 |
| Consolidado | | | | | | | | |
| 2014 | | | | 2013 | | | | |
| Prognóstico de Perda Provável | Contingências assumidas na combinação de negócios (a) | Depósitos Judiciais | Contingências Líquidas de Depósito Judicial | Prognóstico de Perda Provável | Contingências assumidas na combinação de negócios (a) | Depósitos Judiciais | Contingências Líquidas de Depósito Judicial | |
| Cível (i) | 1.798 | 19.877 | (122) | 21.553 | 967 | 21.911 | (86) | 22.792 |
| Trabalhista (ii) | 27.310 | 27.278 | (9.456) | 45.132 | 12.583 | 17.230 | (5.669) | 24.144 |
| Fiscal e Tributária (iii) | 102 | 89.193 | (4.767) | 84.528 | 29.306 | 104.895 | (35.123) | 99.078 |
| Administrativas/outras (iv) | 3.336 | 2.235 | (6) | 5.565 | 1.414 | 2.652 | - | 4.066 |
| | 32.546 | 138.583 | (14.351) | 156.778 | 44.270 | 146.688 | (40.878) | 150.080 |

Movimentação das Contingências

| | | | | | | Controladora |
|-------------------------|----------|-------------------------|---------|-----------|------------|--------------|
| | 2013 | Atualizações Monetárias | Adições | Reversões | Pagamentos | 2014 |
| Cível | 22.652 | 2.310 | 1.305 | (4.905) | (83) | 21.279 |
| Trabalhista | 26.026 | 2.606 | 31.168 | (14.730) | (3.067) | 42.003 |
| Fiscal e Tributária | 124.899 | 8.322 | 7.289 | (43.919) | (7.296) | 89.295 |
| Administrativas/ outras | 3.915 | 393 | 2.382 | (1.437) | (20) | 5.233 |
| | 177.492 | 13.631 | 42.144 | (64.991) | (10.466) | 157.810 |
| Depósitos Judiciais | (31.287) | (2.060) | (4.905) | 20.993 | 4.883 | (12.376) |
| | 146.205 | 11.571 | 37.239 | (43.998) | (5.583) | 145.434 |

| | | | | Consolidado | | |
|-------------------------|----------|-------------------------|---------|-------------|------------|----------|
| | 2013 | Atualizações Monetárias | Adições | Reversões | Pagamentos | 2014 |
| Cível | 22.878 | 2.348 | 1.443 | (4.906) | (88) | 21.675 |
| Trabalhista | 29.813 | 2.979 | 43.719 | (18.253) | (3.670) | 54.588 |
| Fiscal e Tributária | 134.201 | 8.322 | 9.672 | (55.603) | (7.297) | 89.295 |
| Administrativas/ outras | 4.066 | 424 | 2.537 | (1.436) | (20) | 5.571 |
| | 190.958 | 14.073 | 57.371 | (80.198) | (11.075) | 171.129 |
| Depósitos Judiciais | (40.878) | (2.602) | (7.671) | 31.881 | 4.919 | (14.351) |
| | 150.080 | 11.471 | 49.700 | (48.317) | (6.156) | 156.778 |

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios.

Quadro resumo das principais contingências:

| | Trabalhista / Cível / Administrativo e Outras | | Fiscal e Tributária | | Total |
|-----------|---|---------------|---------------------|---------------|----------------|
| | Provável | Possível | Provável | Possível | |
| Mabesa | 5.159 | 44 | 10.070 | 16.730 | 32.003 |
| Mantecorp | 30.935 | 13.252 | - | 62.393 | 106.580 |
| | <u>36.094</u> | <u>13.296</u> | <u>10.070</u> | <u>79.123</u> | <u>138.583</u> |

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 138.583, sendo R\$ 27.278 referentes a processos trabalhistas, R\$ 19.877 referente a processos cíveis, R\$ 89.193 referente a processos tributários e R\$ 2.235 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São aproximadamente 26 processos, 7 decorreram da aquisição da Mabesa e 19 da Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 19.877.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 5.748, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável.

O processo nº 2008.34.00.000496-0 discute a aplicação de multa pelo CADE, no valor de R\$ 9.387, contra a Mantecorp, em razão de suposta formação de cartel dos laboratórios farmacêuticos para prejudicar a comercialização de medicamentos genéricos. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

São aproximadamente 204 processos, 62 decorreram da aquisição da Mabesa, 86 da Mantecorp Logística e 56 Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 27.278.

(iii) Fiscal e Tributária

São aproximadamente 336 processos, 147 decorreram da aquisição da Mabesa, 29 da Mantecorp Logística e 160 Mantecorp Indústria Química, onde os prognósticos de perda na combinação de negócios estão estimados em R\$ 89.193.

A Mantecorp foi questionada pela RFB acerca das compensações realizadas com base em liminar concedida nos autos do processo em que se discute a ilegitimidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da PIS/COFINS. O valor de perda possível atualizado soma R\$ 16.679 e o processo se encontra em fase administrativa, com o débito garantido por Carta Fiança.

(iv) Administrativas / outras

São aproximadamente 42 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 2.235.

b. Contingências possíveis – (Responsabilidade da Companhia e suas Controladas)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--|--|--|--|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| | Prognóstico de perda possível | Prognóstico de perda possível | Prognóstico de perda possível | Prognóstico de perda possível |
| Cível | 29.080 | 22.099 | 29.444 | 22.552 |
| Trabalhista | 94.573 | 54.255 | 183.903 | 103.980 |
| Fiscal e Tributária | 73.511 | 38.659 | 89.076 | 38.659 |
| Administrativas/outras | 3.165 | 2.561 | 4.097 | 2.964 |
| | 200.329 | 117.574 | 306.520 | 168.155 |

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, onde se discute o registro de marcas no INPI, não possuindo contingência financeira apurável neste momento.

(i) Cível

O Ministério Público do Estado do Mato Grosso ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para fins de que as indústrias de medicamentos passem a produzir medicamentos fracionados, com fundamento na Lei 5.348/05, a qual autoriza a venda de medicamentos fracionados em farmácias. Em 11 de setembro de 2013 foi proferida sentença

que julgou procedente a ação para condenar os réus a produzir de forma fracionada os medicamentos registrados na ANVISA com essa possibilidade. Foi interposto recurso de apelação. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

O Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo. Foi proferida decisão pelo Tribunal Regional Federal (TRF) para obrigar os réus a fornecer medicamentos para a administração pública, sempre que solicitados, com preço máximo de venda ao governo e aplicação do coeficiente de adequação de preço (CAP), sob pena de ser aplicada multa diária de R\$ 50. A Companhia apresentou contestação e recorreu da decisão do TRF. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 183.903 (R\$ 103.980 em 31 de dezembro de 2013).

Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas, 74 decorrem da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, e apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 4.943 e 142 (R\$ 3.976 e R\$ 141 em 31 de dezembro de 2013) decorrem da aquisição da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A, que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 35.291 (R\$ 20.605 em 31 de dezembro de 2013), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

A Companhia figura como investigada em Inquérito Civil por meio do qual a Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo investiga o cumprimento da cota de menores aprendizes pela Companhia. Trata-se de procedimento investigatório a respeito do qual a Companhia não tem, neste momento, como estimar o valor envolvido.

A Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., subsidiária integral da Companhia (a “Cosmed”), figura como investigada em Inquérito Civil por meio do qual a Procuradoria Regional do Trabalho de Goiás investiga o cumprimento das normas relativas à limitação da jornada de trabalho dos empregados da Cosmed em Aparecida de Goiânia. Figura, ainda, como investigada em Inquérito Civil no qual a Procuradoria do Trabalho de Osasco investiga o cumprimento da cota de menores aprendizes pela Cosmed. Trata-se de procedimentos

investigatórios a respeito dos quais a Cosmed não tem, neste momento, como estimar os valores envolvidos.

A “Cosmed” figura no polo passivo de Reclamatória Trabalhista ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico, Farmacêuticas, de Material Plástico e do Álcool no Estado de Goiás, na qual o sindicato autor requer o pagamento das horas *in itinere* e reflexos para os colaboradores que utilizam transporte fornecido pela Cosmed. Esta demanda judicial tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia e ainda não foi publicada a sentença. A perda possível de responsabilidade da Cosmed estimada nesta Reclamatória está avaliada em R\$ 2.837 e a perda provável está estimada em R\$ 343.

A “Cosmed” figura, ainda, no polo passivo de Reclamatória Trabalhista ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico, Farmacêuticas, de Material Plástico e do Álcool no Estado de Goiás, na qual o sindicato autor requer o pagamento de horas extras decorrentes de tempo a disposição do empregador. Esta demanda judicial tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia e ainda não foi publicada sentença. A perda possível de responsabilidade da Cosmed estimada nesta Reclamatória está avaliada em R\$ 3.496.

(iii) Fiscal e Tributária

A Companhia possuía um auto de infração lavrado pela SEFAZ/SC (planta Itajaí) onde se discute a apropriação de créditos do ICMS em operação de retorno de mercadoria depositada em armazém de terceiros e de estorno de débitos do ICMS efetuados na escrita fiscal, no valor atualizado de R\$ 10.288. A decisão administrativa final transitou em julgada em 31/05/2014, sendo integralmente favorável ao contribuinte, culminando com o cancelamento do auto de infração.

A Companhia é parte dos Mandados de Segurança nº 0003282-11.2010.4.03.6100, 0003489-10.2010.4.03.6100, 0003281-26.2010.4.03.6100 e 0003388-70.2010.4.03.6100, nos quais pleiteia os afastamentos da majoração de alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, bem como a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ. Os valores que a Companhia pleiteia o afastamento são depositados em juízo. Diante de recente decisão da primeira turma do STJ (Rec. espec. 1.425.090/PR), os assessores legais da Companhia que conduzem o caso em tela reclassificaram a probabilidade de perda provável para Risco Possível, no valor de R\$ 33.000.

c. Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários – possíveis e prováveis:

A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível, nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários.

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$132.233 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

A Cremer S.A. ajuizou execução de título judicial contra a Companhia, cobrando a quantia de R\$ 36.781, bem como multa diária até o adimplemento da obrigação estabelecida na sentença

arbitral ou a rescisão do Contrato de Licença de Uso da Marca Cremer (oriunda da combinação de negócios Mabesa). A Cremer S.A. alega que a Companhia descumpriu o determinado na sentença arbitral, vez que não adequou os produtos da marca Cremer após o encerramento da arbitragem. De acordo com a opinião dos advogados externos a possibilidade de perda é possível.

A Companhia retirou registros de perdas possíveis provenientes de ações tributárias, relacionadas à empresa DM no montante aproximado de R\$ 8.941, em razão da adesão conforme reabertura do REFIS V, Lei nº 12.865/2013 e recursos voluntários no CARF.

A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos ex-proprietários:

| Empresa e/ou marcas adquiridas | Possível | Provável | Total |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Aprov | 1.412 | 833 | 2.245 |
| Bitufo | 595 | 197 | 792 |
| Ceil | 6.348 | 1.028 | 7.376 |
| Cosmed (Niasi) + Pom Pom | 5.676 | 3.397 | 9.073 |
| Etti | 824 | - | 824 |
| Facilit | 1.031 | 1.417 | 2.448 |
| Farmasa | 74.636 | 3.199 | 77.835 |
| Inal | 72 | - | 72 |
| Luper | 1.382 | 1.174 | 2.556 |
| Mabesa | 62.185 | 15.091 | 77.276 |
| Mantecorp | 132.233 | - | 132.233 |
| Neo Química (Brainfarma) | 23.209 | 13.935 | 37.144 |
| Ny Looks | 2.821 | 147 | 2.968 |
| Sapeka | 7.971 | 1.245 | 9.216 |
| Sul Química | 832 | 1.588 | 2.420 |
| York | 8.919 | 3.064 | 11.983 |
| | <u>330.146</u> | <u>46.315</u> | <u>376.461</u> |

25 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação do conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.269.124 (em 31 dezembro de 2013 – R\$ 5.269.124), representado por 632.100.787 (em 31 de dezembro de 2013 - 632.100.787) ações ordinárias.

b. Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

c. Opções de compra de ações

Em AGE de 24 de março de 2008 foi aprovado plano de opções de compra de ações (“Plano I”) com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano I - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$8,50
- Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes
- 1.802.212 opções outorgadas

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações (“Plano II”) aos colaboradores da Companhia com o objetivo de “atrair e reter executivos da Companhia” em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano II - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$ 5,36
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 5.280.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2009 são:

- Preço de exercício de R\$ 17,06
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2010 são:

- Preço de exercício de R\$ 20,21
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.600.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano II - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 19,26
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 3.700.000 ações outorgadas.

Em AGE de 11 de novembro de 2011, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações (“Plano III”) aos colaboradores da Companhia, com o objetivo de “atrair e reter executivos da Companhia” em percentual de diluição de até 5% do capital social.

As principais características do Plano III - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 8,60
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 12.000.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2013 são:

- Preço de exercício de R\$ 15,62
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 1.350.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2014 são:

- Preço de exercício de R\$ 15,34
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 450.000 ações outorgadas.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2014 é de 3,01% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

| Posição em 31/12/2014 | | | | | | | | |
|-----------------------|----------|----------|--|------------|-----------|------------|---|-------------------------|
| | | | Preço unitário do exercício (em Reais) | | | | Valor unitário justo na data da outorga (em Reais) | Custo total estimado |
| Plano | Programa | Carência | | Outorgadas | Exercidas | Canceladas | Contratos em aberto | |
| Plano I | 2008 | 01/06/11 | 8,50 | 901.106 | 748.593 | - | 152.513 | 0,14 |
| Plano I | 2008 | 01/06/12 | 8,50 | 901.106 | 548.593 | - | 352.513 | 0,29 |
| Plano II | 2008 | 01/11/11 | 5,36 | 1.760.000 | 1.468.922 | 260.000 | 31.078 | 1,10 |
| Plano II | 2008 | 01/11/12 | 5,36 | 1.760.000 | 1.060.000 | 260.000 | 440.000 | 1,35 |
| Plano II | 2008 | 01/11/13 | 5,36 | 1.760.000 | 587.467 | 440.000 | 732.533 | 1,59 |
| Plano II | 2009 | 17/12/10 | 17,06 | 560.000 | 20.017 | 171.885 | 368.098 | 3,52 |
| Plano II | 2009 | 17/12/11 | 17,06 | 560.000 | - | 180.000 | 380.000 | 4,35 |
| Plano II | 2009 | 17/12/12 | 17,06 | 560.000 | - | 180.000 | 380.000 | 5,16 |
| Plano II | 2009 | 17/12/13 | 17,06 | 560.000 | - | 180.000 | 380.000 | 5,96 |
| Plano II | 2009 | 17/12/14 | 17,06 | 560.000 | - | 180.000 | 380.000 | 6,74 |
| Plano II | 2010 | 06/08/11 | 20,21 | 520.000 | - | 190.000 | 330.000 | 3,57 |
| Plano II | 2010 | 06/08/12 | 20,21 | 520.000 | - | 80.000 | 440.000 | 4,52 |
| Plano II | 2010 | 06/08/13 | 20,21 | 520.000 | - | 80.000 | 440.000 | 5,47 |
| Plano II | 2010 | 06/08/14 | 20,21 | 520.000 | - | 80.000 | 440.000 | 6,41 |
| Plano II | 2010 | 06/08/15 | 20,21 | 520.000 | - | 80.000 | 440.000 | 7,34 |
| Plano II | 2011 | 01/02/12 | 19,26 | 740.000 | - | 86.824 | 653.176 | 0,96 |
| Plano II | 2011 | 01/02/13 | 19,26 | 740.000 | - | 71.953 | 668.047 | 1,81 |
| Plano II | 2011 | 01/02/14 | 19,26 | 740.000 | - | 71.953 | 668.047 | 2,64 |
| Plano II | 2011 | 01/02/15 | 19,26 | 739.999 | - | 71.952 | 668.047 | 3,47 |
| Plano II | 2011 | 01/02/16 | 19,26 | 739.999 | - | 71.952 | 668.047 | 4,30 |
| Plano III | 2011 | 26/12/12 | 8,60 | 2.400.008 | 1.487.564 | 31.091 | 881.353 | 0,83 |
| Plano III | 2011 | 26/12/13 | 8,60 | 2.399.998 | 1.394.285 | 189.087 | 816.626 | 1,29 |
| Plano III | 2011 | 26/12/14 | 8,60 | 2.399.998 | - | 189.087 | 2.210.911 | 1,70 |
| Plano III | 2011 | 26/12/15 | 8,60 | 2.399.998 | - | 189.087 | 2.210.911 | 2,09 |
| Plano III | 2011 | 26/12/16 | 8,60 | 2.399.998 | - | 189.087 | 2.210.911 | 2,46 |
| Plano III | 2013 | 03/05/14 | 15,62 | 270.000 | 19.600 | 90.000 | 160.400 | 0,47 |
| Plano III | 2013 | 03/05/15 | 15,62 | 270.000 | - | 90.000 | 180.000 | 0,72 |
| Plano III | 2013 | 03/05/16 | 15,62 | 270.000 | - | 90.000 | 180.000 | 0,93 |
| Plano III | 2013 | 03/05/17 | 15,62 | 270.000 | - | 90.000 | 180.000 | 1,12 |
| Plano III | 2013 | 03/05/18 | 15,62 | 270.000 | - | 90.000 | 180.000 | 1,30 |
| Plano III | 2014 | 21/02/15 | 15,34 | 90.000 | - | - | 90.000 | 0,97 |
| Plano III | 2014 | 21/02/16 | 15,34 | 90.000 | - | - | 90.000 | 1,63 |
| Plano III | 2014 | 21/02/17 | 15,34 | 90.000 | - | - | 90.000 | 2,26 |
| Plano III | 2014 | 21/02/18 | 15,34 | 90.000 | - | - | 90.000 | 2,88 |
| Plano III | 2014 | 21/02/19 | 15,34 | 90.000 | - | - | 90.000 | 3,49 |
| Total | | | | 29.982.210 | 7.335.041 | 3.973.958 | 18.673.211 | 49.489 |

| Posição em 31/12/2013 | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------|----------|-------------------------|------------|-----------|------------|---------------------|-------------------------------------|-------------|
| Plano | Programa | Carência | Preço unitário | Outorgadas | Exercidas | Canceladas | Contratos em aberto | Valor unitário | Custo total |
| | | | do exercício (em Reais) | | | | | justo na data da outorga (em Reais) | |
| Plano I | 2008 | 01/06/11 | 8,50 | 901.106 | 748.593 | - | 152.513 | 0,14 | 121 |
| Plano I | 2008 | 01/06/12 | 8,50 | 901.106 | 548.593 | - | 352.513 | 0,29 | 251 |
| Plano II | 2008 | 01/11/11 | 5,36 | 1.760.000 | 1.468.922 | 260.000 | 31.078 | 1,10 | 1.585 |
| Plano II | 2008 | 01/11/12 | 5,36 | 1.760.000 | 865.966 | 260.000 | 634.034 | 1,35 | 1.917 |
| Plano II | 2008 | 01/11/13 | 5,36 | 1.760.000 | 157.468 | 440.000 | 1.162.532 | 1,59 | 2.216 |
| Plano II | 2009 | 17/12/10 | 17,06 | 560.000 | 20.017 | 97.037 | 442.946 | 3,52 | 1.665 |
| Plano II | 2009 | 17/12/11 | 17,06 | 560.000 | - | 100.000 | 460.000 | 4,35 | 2.027 |
| Plano II | 2009 | 17/12/12 | 17,06 | 560.000 | - | 100.000 | 460.000 | 5,16 | 2.367 |
| Plano II | 2009 | 17/12/13 | 17,06 | 560.000 | - | 100.000 | 460.000 | 5,96 | 2.688 |
| Plano II | 2009 | 17/12/14 | 17,06 | 560.000 | - | 100.000 | 460.000 | 6,74 | 2.992 |
| Plano II | 2010 | 06/08/11 | 20,21 | 520.000 | - | 190.000 | 330.000 | 3,57 | 1.159 |

| | | | | | | | | | |
|--------------|------|----------|-------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------|---------------|
| Plano II | 2010 | 06/08/12 | 20,21 | 520.000 | - | 60.000 | 460.000 | 4,52 | 2.016 |
| Plano II | 2010 | 06/08/13 | 20,21 | 520.000 | - | 80.000 | 440.000 | 5,47 | 2.402 |
| Plano II | 2010 | 06/08/14 | 20,21 | 520.000 | - | 80.000 | 440.000 | 6,41 | 2.771 |
| Plano II | 2010 | 06/08/15 | 20,21 | 520.000 | - | 80.000 | 440.000 | 7,34 | 3.124 |
| Plano II | 2011 | 01/02/12 | 19,26 | 740.000 | - | 52.188 | 687.812 | 0,96 | 667 |
| Plano II | 2011 | 01/02/13 | 19,26 | 740.000 | - | 37.314 | 702.686 | 1,81 | 1.261 |
| Plano II | 2011 | 01/02/14 | 19,26 | 740.000 | - | 37.318 | 702.682 | 2,64 | 1.814 |
| Plano II | 2011 | 01/02/15 | 19,26 | 740.000 | - | 37.318 | 702.682 | 3,47 | 2.348 |
| Plano II | 2011 | 01/02/16 | 19,26 | 740.000 | - | 37.318 | 702.682 | 4,30 | 2.866 |
| Plano III | 2011 | 26/12/12 | 8,60 | 2.400.000 | 1.477.564 | 6.000 | 916.444 | 0,83 | 1.930 |
| Plano III | 2011 | 26/12/13 | 8,60 | 2.400.000 | - | 116.313 | 2.283.685 | 1,29 | 2.968 |
| Plano III | 2011 | 26/12/14 | 8,60 | 2.400.000 | - | 116.313 | 2.283.685 | 1,70 | 3.855 |
| Plano III | 2011 | 26/12/15 | 8,60 | 2.400.000 | - | 116.313 | 2.283.685 | 2,09 | 4.654 |
| Plano III | 2011 | 26/12/16 | 8,60 | 2.400.000 | - | 116.313 | 2.283.685 | 2,46 | 5.390 |
| Plano III | 2013 | 03/05/14 | 15,62 | 270.000 | - | - | 270.000 | 0,47 | 126 |
| Plano III | 2013 | 03/05/15 | 15,62 | 270.000 | - | - | 270.000 | 0,72 | 189 |
| Plano III | 2013 | 03/05/16 | 15,62 | 270.000 | - | - | 270.000 | 0,93 | 240 |
| Plano III | 2013 | 03/05/17 | 15,62 | 270.000 | - | - | 270.000 | 1,12 | 285 |
| Plano III | 2013 | 03/05/18 | 15,62 | 270.000 | - | - | 270.000 | 1,30 | 325 |
| Total | | | | 29.532.212 | 5.287.123 | 2.619.745 | 21.625.344 | | 58.219 |

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções europeias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

d. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria ocorreram conforme o quadro abaixo:

| | <u>Quantidade</u> | <u>Valor</u> |
|----------------------|-------------------|--------------|
| Saldo em 31/12/2013 | 408.870 | 5.558 |
| Aquisição do período | 1.702.000 | 27.161 |
| Alienação do período | (2.110.235) | (32.708) |
| Saldo em 31/12/2014 | <u>635</u> | <u>11</u> |

e. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

f. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, conseqüentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g. Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

h. Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

i. Ajuste de avaliação patrimonial

Na aquisição da participação de 76,23% da Mantecorp, em janeiro de 2011, no valor de R\$1.900.000 foram emitidas 78.013.947 ações da Hypermarcas S/A no valor nominal de R\$ 24,35. O valor justo foi precificado em R\$ 21,09 totalizando R\$1.645.314, por conseguinte gerou um ajuste de valor justo no total de R\$ 254.686.

Na emissão de debêntures simples (1ª série), em outubro de 2010, no valor de R\$ 549.998, remuneradas pelo IPCA + 3%, conjugadas com emissão de 548.725 pelo bônus de subscrição correspondente a 18.656.650 ações da Companhia no valor unitário de R\$ 29,48 também corrigido pelo IPCA. O valor justo atribuído a taxa foi 11%, considerando opção similar. Por consequente gerou um ajuste de valor justo no total de R\$ 50.243 líquido de impostos de renda e contribuição social.

j. Proposta de destinação do resultado

| | <u>2014</u> |
|--|------------------|
| Resultado líquido do exercício | <u>402.695</u> |
| Constituição de reserva legal | (20.135) |
| Constituição da reserva de subvenção governamental (*) | <u>(382.560)</u> |
| | <u><u>-</u></u> |

(*) O total da subvenção governamental do exercício de 2014 no resultado da controladora é de R\$ 417.878 (R\$ 282.286 em 31 de dezembro de 2013). As controladas não possuem subvenção governamental.

k. Dividendos deliberados

A AGO aprovou em 30 de abril de 2013 a proposta da Administração de distribuição dos dividendos adicionais, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 102.112. Os dividendos foram pagos em maio de 2013.

26 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Vendas brutas de produtos e serviços | 5.347.124 | 4.980.845 | 5.331.379 | 4.959.380 |
| Devoluções | (116.595) | (165.405) | (115.699) | (163.769) |
| Descontos incondicionais | (42.085) | (9.661) | (42.085) | (9.661) |
| Descontos promocionais | (130.440) | (93.338) | (130.440) | (93.338) |
| Impostos | <u>(287.936)</u> | <u>(385.174)</u> | <u>(362.807)</u> | <u>(433.872)</u> |
| Receita líquida | <u>4.770.068</u> | <u>4.327.267</u> | <u>4.680.348</u> | <u>4.258.740</u> |

27 Composição das contas de resultado

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Custo dos produtos vendidos | <u>(2.034.333)</u> | <u>(1.771.056)</u> | <u>(1.698.353)</u> | <u>(1.509.888)</u> |
| Matéria prima | (130.417) | (158.351) | (863.486) | (685.577) |
| Material de embalagem | (24.421) | (29.443) | (310.519) | (278.419) |
| Custo de transformação | (74.624) | (86.578) | (405.888) | (398.112) |
| Despesas com depreciações e amortizações | (19.035) | (24.014) | (47.694) | (46.633) |
| Revenda | (1.803.536) | (1.353.441) | (55.471) | (87.802) |
| Variações dos estoques/outros | 17.700 | (119.229) | (15.295) | (13.345) |
| Despesas com vendas e marketing | <u>(1.657.324)</u> | <u>(1.495.437)</u> | <u>(1.730.199)</u> | <u>(1.581.451)</u> |
| Gastos com propaganda e publicidade | (388.750) | (344.938) | (382.631) | (343.746) |
| Acordos, verbas e outros | (291.172) | (240.187) | (286.197) | (238.883) |
| Visitação médica, promoções, brindes e amostras | (324.884) | (252.999) | (315.271) | (253.630) |
| Força de vendas e gastos comerciais | (456.556) | (471.286) | (528.250) | (532.735) |
| Fretes e seguros sobre vendas | (152.098) | (146.381) | (154.014) | (154.993) |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas | (25.313) | (20.299) | (24.672) | (20.556) |
| Despesas com depreciações e amortizações | (18.551) | (19.347) | (39.164) | (36.908) |

| | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Despesas administrativas e gerais | (191.700) | (188.226) | (240.341) | (222.372) |
| Demais despesas | (178.718) | (175.132) | (225.853) | (207.465) |
| Despesas com depreciações e amortizações | (12.982) | (13.094) | (14.488) | (14.907) |

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------------|--------------|--------------------|-----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Receitas tributárias e outras | 83.171 | 139.673 | 123.316 | 125.233 |
| Gastos com reestruturação operacional | (60.935) | (19.536) | (97.925) | (72.582) |
| Perdas com produtos e insumos | (84.080) | (101.661) | (71.114) | (83.725) |
| Perdas eventuais e outras | (15.912) | (10.703) | (55.032) | (16.042) |
| | <u>(77.756)</u> | <u>7.773</u> | <u>(100.755)</u> | <u>(47.116)</u> |

c. Receitas financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|---------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Juros ativos | 21.486 | 20.001 | 26.690 | 20.405 |
| Rendimentos de aplicações financeiras e outros | 118.879 | 62.505 | 153.072 | 136.964 |
| | <u>140.365</u> | <u>82.506</u> | <u>179.762</u> | <u>157.369</u> |

d. Despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Financiamento Centro-Oeste - FCO | (500) | - | (6.187) | (3.492) |
| Financiamento FINEP/FINIMP | (982) | (367) | (943) | (652) |
| Financiamento BNDES | (1.335) | (1.682) | (2.699) | (3.518) |
| FINAME - Financiamento de máquinas e equipamentos | (677) | (609) | (1.425) | (1.261) |
| | <u>(3.494)</u> | <u>(2.658)</u> | <u>(11.254)</u> | <u>(8.923)</u> |
| Juros sobre empréstimos | (142.524) | (135.703) | (137.114) | (133.012) |
| Gastos com recompra de dívida (Bond) | - | (99.335) | - | (99.335) |
| Juros sobre títulos a pagar | (12.919) | (20.566) | (12.919) | (21.136) |
| Atualizações monetárias sobre contingências | (13.631) | (9.484) | (14.069) | (9.577) |
| Refis | (12.180) | (8.927) | (13.504) | (10.355) |
| Debêntures | (280.712) | (213.669) | (269.516) | (209.432) |
| Juros e comissão sobre carta de fiança | (3.045) | (4.599) | (3.268) | (4.754) |
| Despesas bancárias, descontos concedidos e outros | (6.800) | (5.454) | (7.115) | (6.436) |
| Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de empréstimos | (72.931) | (201.192) | (72.931) | (197.126) |
| Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de aquisição de empresa | (2.753) | (8.497) | (2.753) | (8.497) |
| Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de fornecedores e clientes | 9.146 | (1.027) | (6.625) | (6.243) |
| Outros | (17.178) | (1.825) | (15.994) | (1.181) |
| | <u>(555.527)</u> | <u>(710.278)</u> | <u>(555.808)</u> | <u>(707.084)</u> |

| | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Reversões de ajuste a valor presente | <u>(27.998)</u> | <u>(23.771)</u> | <u>(29.463)</u> | <u>(24.017)</u> |
| | <u><u>(587.019)</u></u> | <u><u>(736.707)</u></u> | <u><u>(596.525)</u></u> | <u><u>(740.024)</u></u> |

28 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Presidência.

A Presidência (CEO) efetua sua análise do negócio também sob a perspectiva de segmentos de negócios. Os segmentos definidos são: Farma e Consumo.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos e higiene & beleza.

As informações consolidadas por segmento de negócios, revisadas pela Presidência e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são as seguintes:

| | Consolidado | | | Consolidado | | |
|-----------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | 2014 | | | 2013 | | |
| | Farma | Consumo | Total | Farma | Consumo | Total |
| Receita líquida das vendas | 2.583.995 | 2.096.353 | 4.680.348 | 2.328.615 | 1.930.125 | 4.258.740 |
| Custo dos produtos vendidos | <u>(597.025)</u> | <u>(1.101.328)</u> | <u>(1.698.353)</u> | <u>(543.650)</u> | <u>(966.238)</u> | <u>(1.509.888)</u> |
| Lucro bruto | <u><u>1.986.970</u></u> | <u><u>995.025</u></u> | <u><u>2.981.995</u></u> | <u><u>1.784.965</u></u> | <u><u>963.887</u></u> | <u><u>2.748.852</u></u> |

Os ativos consolidados por segmento de negócio são os seguintes:

| | 2014 | 2013 |
|------------------|--------------------------|--------------------------|
| Farma | 6.349.464 | 6.173.770 |
| Consumo | <u>4.308.577</u> | <u>3.965.411</u> |
| Não alocados (*) | <u>3.229.650</u> | <u>2.362.806</u> |
| | <u><u>13.887.691</u></u> | <u><u>12.501.987</u></u> |

(*) Substancialmente caixa e equivalentes de caixa, tributos e outros.

29 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|--|----------------|----------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 402.695 | 256.722 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) | <u>631.681</u> | <u>629.431</u> |
| Lucro básico por ação | <u>0,63750</u> | <u>0,40786</u> |

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumenta o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|---|----------------|----------------|
| Lucro | | |
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | <u>402.695</u> | <u>256.722</u> |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) | <u>631.681</u> | <u>629.431</u> |
| Ajustes de: | | |
| Opções de compra de ações (milhares) | <u>12.417</u> | <u>15.847</u> |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares) | <u>644.098</u> | <u>645.278</u> |
| Lucro diluído por ação | <u>0,62521</u> | <u>0,39785</u> |

30 Compromissos

Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

| | <u>Consolidado</u> <u>2014</u> |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Menos de um ano | 19.516 |
| Mais de um ano e menos de cinco anos | 37.937 |
| Mais de cinco anos | <u>24.604</u> |
| | <u>82.057</u> |

31 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|---|---------------------|--------------------|
| Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza | 308.000 | 1.070.000 |
| Alteração de valores em risco | 100.000 | 300.000 |
| Outras Coberturas | 51.499 | 128.699 |

32 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread e o prazo de vencimento é de um ano.

Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

- O contrato de aluguel com a TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo IGPM – FGV, o prazo de vencimento é indeterminado.
- O contrato de aluguel com a Neo Marcas Indústria Farmacêutica e Alimentos e Participações Ltda. foi rescindindo em 30 de agosto de 2014.
- O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo IGPM – FGV e o prazo de vencimento é 01 de maio de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

a.1 Nos ativos e passivos

| | Controladora | | | | | | | | |
|--------------------------------------|--|-------------------------------------|--|---|----------------------------|--|---|---|-----------|
| | 31/12/2014 | | | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda. | Embalagens Allbox Ltda. | Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda. | Gráfica e Editora Faberprint Ltda. | Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. | Total |
| Cientes | - | - | 1.855 | - | - | - | - | - | 1.855 |
| Dividendos propostos a receber | 15.038 | - | 20.205 | - | - | - | - | - | 35.243 |
| Outros valores a receber | 4.760 | 16 | - | 36 | - | - | - | - | 4.812 |
| Mútuos | 123 | - | 61 | 78 | - | - | - | - | 262 |
| Fornecedores | (113.375) | - | (77.225) | - | - | (7) | (414) | - | (191.021) |
| Outros valores a pagar | - | - | (38.047) | - | - | - | - | - | (38.047) |

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

| | Consolidado | | | | | | | | |
|--------------------------------------|--|-------------------------------------|--|---|----------------------------|--|---|---|---------|
| | 31/12/2014 | | | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda. | Embalagens Allbox Ltda. | Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda. | Gráfica e Editora Faberprint Ltda. | Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. | Total |
| Clientes | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos propostos a receber | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros valores a receber | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Mútuos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Fornecedores | - | - | - | - | (4.811) | (640) | (3.442) | (850) | (9.743) |
| Outros valores a pagar | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| Controladora | | | | | | |
|--------------------------------|---|--|--|---|------------------------------------|--------------|
| 31/12/2013 | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda. | Embalagens Allbox Ltda. | Total |
| Clientes | 1.473 | 2 | 456 | - | - | 1.931 |
| Dividendos propostos a receber | - | - | 7.697 | - | - | 7.697 |
| Outros valores a receber | - | 73 | - | 17 | - | 90 |
| Mútuos | 1.046 | 20 | 159 | 69 | - | 1.294 |
| Fornecedores | (80.201) | - | (64.766) | - | - | (144.967) |
| Títulos a pagar | (62.438) | - | (28.168) | - | - | (90.606) |
| Outros valores a pagar | (34.293) | - | (37.537) | - | - | (71.830) |

| Consolidado | | | | | | |
|--------------------|---|--|--|---|------------------------------------|--------------|
| 31/12/2013 | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda. | Embalagens Allbox Ltda. | Total |
| Fornecedores | - | - | - | - | (8.477) | (8.477) |

a.2 No resultado do exercício

| Controladora | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|------------------------------|---|--|--|--|--|---|---|---|----------|
| 31/12/2014 | | | | | | | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | TV Serra Dourada Ltda. | Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | Embalagens Allbox Ltda. | Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda | Gráfica e Editora Faberpri nt Ltda | Universo Online S.A. | Indústria Famracêuti ca Melcon do Brasil S.A. | Total | |
| Transações | (1.330.127) | (7.650) | - | - | (332.954) | (3) | (59) | (457) | - | (6) | (1.671.256) | |
| Vendas de mercadorias/produto | 5.097 | | - | - | 212.200 | | | | | | 217.297 | |
| Compras de mercadorias/produtos | (1.335.224) | (7.650) | - | - | (545.154) | (3) | (59) | (457) | - | (6) | (1.888.553) | |
| Despesas/receitas Diversas | - | (7.650) | (13.864) | (720) | - | - | - | - | (136) | - | (22.370) | |
| Publicidade | - | (7.650) | (13.653) | - | - | - | - | - | - | - | (21.303) | |
| Aluguéis | - | - | (211) | (720) | - | - | - | - | | | (931) | |
| Serviços Prestados | - | - | - | - | - | - | - | - | (136) | - | (136) | |
| Juros s/ Mútuo | (6) | - | - | (8) | 12 | - | - | - | - | - | (2) | |
| Despesas financeiras | (6) | - | - | (8) | - | - | - | - | - | - | (14) | |
| Receitas financeiras | - | - | - | - | 12 | - | - | - | - | - | 12 | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Consolidado | | | | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | TV Serra Dourada Ltda. | Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | Embalagens Allbox Ltda. | ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda. | Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda. | Gráfica e Editora Faberprint Ltda. | Universo Online S.A. | Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. | Total |
| Transações | - | - | - | - | - | (24.521) | - | (3.436) | (10.404) | - | (2.986) | (41.347) |
| Compras de mercadorias/prod utos/matéria prima | - | - | - | - | - | (24.521) | - | (3.436) | (10.404) | - | (2.986) | (41.347) |
| Despesas/receitas Diversas | - | (7.650) | (14.171) | (720) | - | - | (1.440) | - | - | (136) | | (24.117) |
| Publicidade | - | (7.650) | (13.653) | - | - | - | - | - | - | - | - | (21.303) |
| Aluguéis | - | - | (518) | (720) | - | - | - | - | - | - | - | (1.238) |
| Serviços Prestados | - | - | - | - | - | - | (1.440) | - | - | (136) | - | (1.576) |
| Juros s/ Mútuo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | - |
| Despesas financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | | | | | |
| Controladora | | | | | | | | | | | | |
| 31/12/2013 | | | | | | | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | TV Serra Dourada Ltda. | Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda. | Universo Online S.A. | Total | | | | |
| Transações | (1.104.689) | - | - | - | (582.584) | - | - | (1.687.273) | | | | |
| Vendas de mercadorias/produto | 11.433 | | - | - | - | 11.141 | - | 22.574 | | | | |
| Compras de mercadorias/produtos | (1.116.122) | | - | - | - | (593.725) | - | (1.709.847) | | | | |
| Despesas/receitas Diversas | - | (1.800) | (10.763) | (960) | | (63) | (69) | (13.655) | | | | |
| Publicidade | - | (1.800) | (10.241) | - | - | - | - | (12.041) | | | | |
| Aluguéis | - | - | (522) | (960) | - | - | - | (1.482) | | | | |
| Serviços Prestados | - | - | - | - | - | (63) | (69) | (132) | | | | |
| Juros s/ Mútuo | (473) | 75 | - | 5 | (236) | - | - | (629) | | | | |
| Despesas financeiras | (473) | - | - | - | (236) | - | - | (709) | | | | |
| Receitas financeiras | - | 75 | - | 5 | - | - | - | 80 | | | | |

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|--|-------------------------------------|------------------------------|--|--|----------------------------|---|-------------------------|----------|
| | 31/12/2013 | | | | | | | | |
| | Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. | My - Agência Propaganda Ltda. | TV Serra Dourada Ltda. | Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda. | Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A. | Embalagens Allbox Ltda. | ICF Instituto de Ciências Farmacêuti- cas Ltda. | Universe Online S.A. | Total |
| Transações | - | - | - | - | - | (21.366) | - | - | (21.366) |
| Vendas de mercadorias/produto | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Compras de mercadorias/produtos/matéria prima | - | - | - | - | - | (21.366) | - | - | (21.366) |
| Despesas/receitas Diversas | - | - | (10.763) | (960) | - | - | (346) | (69) | (12.138) |
| Publicidade | - | - | (10.241) | - | - | - | - | - | (10.241) |
| Aluguéis | - | - | (522) | (960) | - | - | - | - | (1.482) |
| Serviços Prestados | - | - | - | - | - | - | (346) | (69) | (415) |
| Juros s/ Mútuo | - | - | - | 5 | - | - | - | - | 5 |
| Despesas financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas financeiras | - | - | - | 5 | - | - | - | - | 5 |

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros dos comitês executivos. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Salários e outros benefícios de curto prazo | 52.291 | 46.665 | 66.457 | 57.483 |
| Honorários dos conselheiros | 1.133 | 973 | 1.220 | 1.031 |
| Pagamentos com base em ações | 4.057 | 7.534 | 4.503 | 9.384 |
| | <u>57.481</u> | <u>55.172</u> | <u>72.180</u> | <u>67.898</u> |